



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA)
Departamento de Serviço Social (DESSO)



Mineração extrativista na Região de Santa Bárbara e mídia alternativa:
Considerações sobre a Revista Quadrilátero.

Adriele Ferreira de Moraes

Mariana, MG
Agosto 2024

Adriele Ferreira de Moraes

Mineração extrativista na Região de Santa Bárbara e mídia alternativa:
Considerações sobre a Revista Quadrilátero.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Dra. Kathiúça Bertollo.

Mariana, MG

Agosto 2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M827m Morais, Adriele Ferreira De.

Mineração extrativista na Região de Santa Bárbara e mídia alternativa [manuscrito]: considerações sobre a Revista Quadrilátero. / Adriele Ferreira De Morais. - 2024.
68 f.: il.: color., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Kathiúça Bertollo.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Mídia Alternativa. 2. Mineração a céu aberto - Santa Bárbara (MG).
3. Santa Bárbara (MG). I. Bertollo, Kathiúça. II. Universidade Federal de
Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.4(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Adrielle Ferreira de Moraes

Mineração extrativista na Região de Santa Bárbara e mídia alternativa: Considerações sobre a Revista Quadrilátero.

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 27 de setembro de 2024

Membros da banca

Dra. - Kathiúça Bertollo - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra.- Adriana de Andrade Mesquita - Universidade Federal de Ouro Preto
Me- Vanessa Oliveira da Luz - Universidade Federal de Santa Catarina

Kathiúça Bertollo, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 07/10/2024



Documento assinado eletronicamente por **Kathiúça Bertollo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/10/2024, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0790757** e o código CRC **5C3EC392**.

Agradecimentos

Dedico este trabalho para minha mãe Maria Izabel por tudo o que fez para que eu chegasse até aqui, minhas conquistas sempre serão nossas.

Ao meu pai, João (*in memoriam*) que esta sempre comigo em meu pensamento e no meu coração.

A minha irmã Aline, minha maior incentivadora, que esteve comigo nesse processo me fazendo acreditar que sempre posso alçar novos voos.

Aos meus familiares que estiveram comigo e que sonharam meus sonhos como se fossem seus.

Aos meus amigos que fiz durante a graduação, obrigada por todo companheirismo, acolhimento, alegrias e dificuldades divididas, em especial à Ana Vitória, Luisa, Yuri, Renielle e Letícia, vocês tornaram a minha caminhada mais fácil.

A República Primeira Dama e a todas as moradoras que pude dividir a casa e a vida, sem dúvidas ter vocês por perto fizeram com que a saudade de casa fosse menor, vivencias partilhadas que ficaram para sempre em meu coração.

Um agradecimento especial a minha Orientadora Kathiúça pela paciência, por dividir seus conhecimentos comigo e por sempre ter uma palavra certa para mim.

A todos os professores que tive o privilégio de ter tido aula e a Universidade Federal de Ouro Preto, pelo ensino gratuito e de qualidade.

Por fim dedico este trabalho a Deus, pois dEle, por Ele e para a Ele são todas as coisas!

RESUMO

A mineração extrativista em Santa Bárbara- Minas Gerais tem raízes seculares e impacta profundamente a região, ao passo que movimentada a economia local desencadeia inúmeros agravos socioambientais. Enquanto a mídia tradicional frequentemente se concentra em divulgar e propagar os aspectos econômicos da mineração, a Revista Quadrilátero, uma publicação considerada “mídia alternativa”, oferece uma visão crítica e abrangente sobre o tema, destacando-se por suas reportagens detalhadas, que expõem os impactos negativos/contraditórios da mineração, como a poluição dos rios e os riscos para a saúde das comunidades locais, etc. Além disso, a Revista Quadrilátero dá voz aos moradores afetados, promovendo um debate mais inclusivo e transparente e desempenha um papel crucial na mobilização social e na pressão por práticas mineradoras mais responsáveis. Assim, a revista contribui significativamente para um entendimento crítico e pautado na realidade local acerca das complexidades associadas à mineração na região.

Palavras-chave: Santa Bárbara e região. Mineração Extrativista. Mídia alternativa. Revista Quadrilátero.

ABSTRACT

Extractive mining in Santa Bárbara, Minas Gerais, has deep-rooted historical significance and profoundly impacts the region. While it drives the local economy, it also triggers numerous socio-environmental issues. Traditional media often focuses on promoting the economic aspects of mining. However, *Revista Quadrilátero*, a publication recognized as "alternative media," offers a critical and comprehensive perspective on the topic. It stands out for its detailed reports that expose the negative and contradictory impacts of mining, such as river pollution and health risks to local communities. Additionally, *Revista Quadrilátero* amplifies the voices of affected residents, fostering a more inclusive and transparent debate. It plays a crucial role in social mobilization and in advocating for more responsible mining practices. Thus, the magazine significantly contributes to a critical and locally grounded understanding of the complexities associated with mining in the region.

Keywords: Santa Bárbara and region. Extractive Mining. Alternative Media. *Revista Quadrilátero*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO DA MINERAÇÃO NA REGIÃO DE SANTA BÁRBARA-MG	11
1.1 Caracterização da Região de Santa Bárbara-MG	11
1.2 Apontamentos sobre a mineração na Região de Santa Bárbara – MG	18
CAPÍTULO II – MÍDIAS ALTERNATIVAS NO ENFRENTAMENTO AO ATUAL MODELO DE MINERAÇÃO: REFLEXÕES EM TORNO DA ‘REVISTA QUADRILÁTERO’.	29
2.1 Histórico das Mídias Alternativas no Brasil	29
2.2 As mídias alternativas em territórios em que a mineração extrativista se põe como atividade econômico produtiva hegemônica.	34
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

A escolha da temática desta pesquisa foi motivada pela necessidade de compreender e analisar as complexas interações entre a atividade mineradora e a utilização de mídias alternativas como ferramenta de enfrentamento e conscientização. A região de Santa Bárbara- Minas Gerais é um importante polo minerador que enfrenta diversos desafios socioeconômicos e ambientais (Miguel; Campos, 2024). A análise crítica realizada e propagada pela Revista Quadrilátero, uma mídia alternativa local, proporciona uma perspectiva realista sobre como essas questões se impõem na sociedade e na região. Para tanto serão analisadas as publicações desta mídia alternativa, compreendida entre (2019-2023).

A região de Santa Bárbara é conhecida por sua intensa atividade mineradora, especialmente de minério de ferro, que tem sido uma das principais forças motrizes da economia local. A mineração extrativista nesta área possui uma longa história que remonta ao período colonial, tendo sido inicialmente marcada pela exploração do ouro e, mais tarde, pela descoberta e extração de ferro e outros minerais. Esta atividade econômica trouxe consigo tanto desenvolvimento quanto uma série de desafios socioambientais que merecem atenção (Vieira Servas, 2022).

Santa Bárbara foi fundada em 1704 e desde então a mineração desempenhou um papel central em seu desenvolvimento. No século XVIII, a região foi um dos epicentros do ciclo do ouro, contribuindo significativamente para a economia da colônia. Com o declínio do ouro, a mineração de ferro ganhou destaque, especialmente no século XX, com a chegada de grandes empresas mineradoras que se instalaram na região, impulsionando a economia local e criando empregos (Silva et al., 2017).

Socialmente, se a mineração trouxe consequências desgastantes, principalmente a trabalhadores e moradores da região também traz inúmeros desafios e consequências danosas. As comunidades locais frequentemente enfrentam problemas relacionados à deslocação e reassentamento, falta de infraestrutura adequada, além de questões de saúde pública decorrentes da poluição ambiental. A qualidade de vida das populações que vivem próximas às áreas de mineração pode ser significativamente afetada, criando um cenário de tensão entre a necessidade de desenvolvimento econômico e a preservação dos

direitos das comunidades.

A relevância deste estudo reside na importância de compreender os impactos da mineração extrativista, que é uma atividade econômica de grande expressão na região, e a capacidade das mídias alternativas de dar voz às comunidades locais e influenciar a opinião pública. Estudos sobre a mineração especificamente sua economia como os de Coelho e Monteiro (2005) Paralelamente, a literatura sobre mídias alternativas, abordada por autores como Rocha Alves (2022) fornece o embasamento teórico necessário para analisar a eficácia dessas plataformas no enfrentamento de problemas locais, e a pesquisa de Bertollo (2017) traz reflexões sobre a mineração extrativista na região explicitando o caráter de reafirmação da dependência a partir do rompimento/crime da barragem de Fundão.

Dito isso, o tema deste estudo delimita-se em: investigar como a publicação contribui para a conscientização e mobilização social, promovendo um entendimento crítico dos desafios enfrentados pelas comunidades locais e as contradições inerentes ao discurso econômico dominante sobre a mineração. O problema de pesquisa em: Como a *Revista Quadrilátero*, enquanto mídia alternativa, contribui para a conscientização e mobilização social em relação aos impactos socioambientais da mineração extrativista na região de Santa Bárbara, Minas Gerais, e de que forma essa abordagem crítica contrasta com o enfoque econômico predominante na cobertura da mídia tradicional? Para tanto se delimitou como objetivo geral: analisar a contribuição da *Revista Quadrilátero*, enquanto mídia alternativa, para a conscientização e mobilização social sobre os impactos socioambientais da mineração extrativista. E como objetivos específicos: caracterizar geograficamente e economicamente a região mineradora de Santa Bárbara- MG; realizar um levantamento das mídias alternativas no Brasil; relacionar a atividade extrativista com a realidade social dos trabalhadores.

A fim de responder esta delimitação este estudo está dividido em dois capítulos. O primeiro capítulo, " O Contexto da Mineração na Região de Santa Bárbara-MG", realiza uma caracterização geral do município de Santa Bárbara, detalhando seu contexto histórico, econômico e social. Além disso, discute os principais apontamentos sobre a mineração na região, incluindo os impactos ambientais, econômicos e sociais dessa atividade.

No segundo capítulo, "Mídias Alternativas no Enfrentamento ao Atual Modelo de Mineração: Reflexões em Torno da Revista Quadrilátero", é feita uma abordagem

sobre o papel das mídias alternativas na propagação de reportagens e denúncias acerca do atual modelo de mineração. Este capítulo traz uma discussão histórica sobre as mídias alternativas no Brasil, destacando sua importância como ferramenta de resistência e conscientização. Também aborda como essas mídias atuam em regiões onde a mineração extrativista é predominante, apresentando reflexões baseadas em entrevistas e reportagens da Revista Quadrilátero. Esta análise crítica das principais reportagens permite entender melhor como essas mídias conseguem impactar e moldar as narrativas em torno da mineração.

Por fim, as considerações finais sintetizam os principais pontos discutidos ao longo do trabalho, destacando a importância do estudo. Através da análise dos impactos da mineração e do papel das mídias alternativas, esta pesquisa busca contribuir para uma compreensão mais aprofundada e crítica das dinâmicas socioeconômicas e ambientais na região de Santa Bárbara, além de ressaltar a importância da mídia alternativa na amplificação das vozes locais e na promoção de uma justiça ambiental e social.

CAPÍTULO I – BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO DA MINERAÇÃO NA REGIÃO DE SANTA BÁRBARA-MG

No decorrer deste capítulo, será apresentada de maneira geográfica, a região de Santa Bárbara-MG, bem como, reflexões sobre o desenvolvimento populacional e econômico do município, evidenciando elementos desde os primórdios da atividade da mineração até os dias atuais e relacionando as atividades trabalhistas que movem a região, as quais são diretamente relacionadas à exploração mineral local/regional e conseqüentemente à superexploração da força de trabalho.

1.1 Caracterização da Região de Santa Bárbara

Os bandeirantes descobriram ouro nas margens do ribeirão da Serra do Caraça em 1704 e batizaram o ribeirão de “Santa Bárbara”. Isso atraiu mineradores e levou à fundação do arraial de Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara. A construção da Igreja Matriz de Santo Antônio começou em 1713. Com o esgotamento das reservas de ouro no final do século XVIII, a região entrou em declínio. No entanto, a localização favoreceu o desenvolvimento, elevando o arraial à Vila em 1839 e a Município em 1858, com o nome de "Santa Bárbara do Mato Dentro". Em 1878, tornou-se sede de Comarca, separando-se de Caeté (Vieira Servas, 2022).

A Região Geográfica Imediata da Microrregião da Serra do Caraça, em Minas Gerais, foi estabelecida pelo IBGE em 2017 e inclui seis municípios, fazendo parte da Região Geográfica Intermediária de Belo Horizonte.

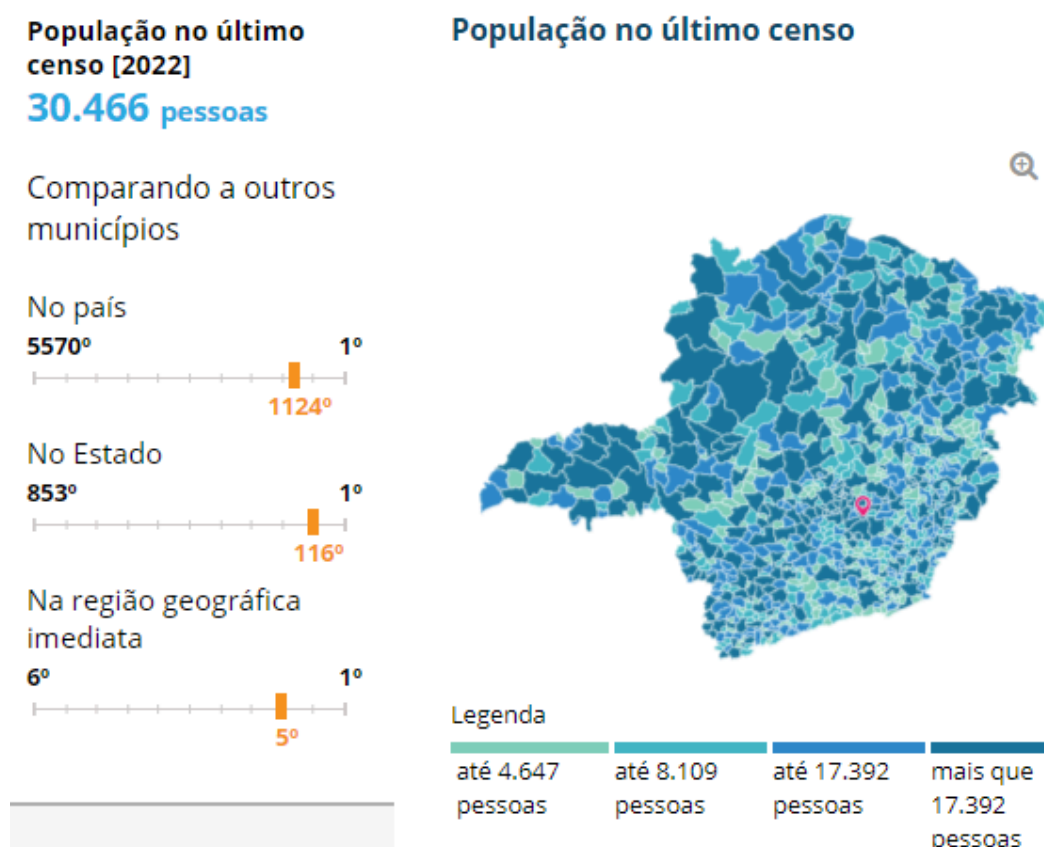
Tabela 1 - Municípios da Região Geográfica imediata de Santa Bárbara-Ouro Preto e suas populações estimadas.

Município	População Estimada	Área (km²)
Barão de Cocais	30.778	340,585
Catas Altas	5.473	240,042
Itabirito	53.365	544,027
Mariana	61.387	1.194,208

Ouro Preto	74.821	1.245,865
Santa Bárbara	30.466	684,505

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2022).

Figura 1 – Número de habitantes do município de Santa Bárbara-MG conforme último senso



Fonte: IBGE (2022).

Em 2022, Santa Bárbara tinha 30.466 habitantes, com uma densidade de 44,51 habitantes por quilômetro quadrado. No ranking populacional de Minas Gerais, ocupava a 116ª posição, e em termos de área, a 207ª posição entre os 853 municípios do estado. No contexto nacional, ocupava a 1124ª posição em população e a 1658ª em área entre os 5570 municípios do Brasil (IBGE Cidades, 2022).

A economia do município é baseada principalmente na exploração mineral de ferro e ouro, juntamente com outras atividades como produção de mel e seus derivados, silvicultura, reflorestamento para produção de celulose, atividades agropecuárias e turismo, que inclui ecoturismo, turismo rural, histórico, cultural e de

aventura (Câmara Municipal de Santa Bárbara, 2023).

Criticamente, esta dependência econômica excessiva de um único setor ou atividade pode ser prejudicial para a sustentabilidade e diversificação econômica de uma região. No caso do município de Santa Bárbara-MG essa dependência econômica é um problema significativo que impacta sem dúvidas negativamente o desenvolvimento sustentável e a diversificação de sua economia (Câmara Municipal de Santa Bárbara, 2023).

A centralização da economia em torno da mineração, por exemplo, cria uma vulnerabilidade estrutural, uma vez que a economia local fica extremamente suscetível às flutuações de mercado e crises específicas desse setor, ou seja, quando os preços dos minérios caem no mercado internacional ou quando há uma desaceleração na demanda, a economia de Santa Bárbara sofre de maneira desproporcional, resultando em desemprego, perda de recursos financeiros, superexploração e instabilidade social.

Amaral (2022) evidencia o que seria a superexploração, com base nas formulações da Teoria Marxista da Dependência (TMD):

A superexploração é o desdobramento dessa especificidade do capitalismo dependente (as transferências de valor), que tem que ver com o fato de que, neste último, ocorre uma cisão das fases do ciclo do capital, uma vez que o valor que se produz no interior dos países periféricos, ao invés de ser acumulado internamente, será acumulado nos países do centro pelos capitais que lá se situam (Amaral, 2022, p. 109).

Ademais, um aspecto crítico da mineração, especialmente em regiões dependentes dessa indústria, é o potencial para impactos negativos duradouros no desenvolvimento econômico local. Como Netto e Braz (2012) destacam em sua análise das consequências estruturais do capitalismo, a presença intensiva de atividades extrativistas pode, paradoxalmente, acarretar adversidades econômicas substanciais para as regiões onde essas atividades são predominantes:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a 'questão social', diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da 'questão social'; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante." (Netto, 2012, p. 157, grifo do autor).

A sustentabilidade ambiental também é comprometida, pois, a mineração, embora seja uma fonte significativa de receita e empregos, pode causar danos

ambientais severos, como a degradação do solo, poluição da água e desmatamento. A longo prazo, esses impactos ambientais podem prejudicar outras atividades econômicas potenciais, como a agricultura e o ecoturismo, além de afetar a qualidade de vida da população local.

Produção de Mel e Derivados: A apicultura é uma atividade relevante, com destaque para a Indústria Mel Santa Bárbara, que emprega 43 funcionários e produz 1800 kg de mel por dia. A empresa conta com cerca de 200 apicultores da região, sendo a marca de mel mais vendida de Minas Gerais, com distribuição em 20 estados brasileiros e exportações para os Estados Unidos (Câmara Municipal de Santa Bárbara, 2023).

Silvicultura: A eucaliptocultura é significativa, com a AngloGold Ashanti possuindo 15.000 hectares de eucalipto em Santa Bárbara e cidades vizinhas, bem como em cidades de outras regiões territoriais do estado de Minas Gerais, tais como: Barão de Cocais, Nova Era, Conceição do Mato Dentro e Açucena (Teixeira et al., 2021).

Turismo: A prefeitura municipal, através da secretaria de cultura do estado, elaborou um plano de turismo para 2023-2027, com previsão de investimentos de aproximadamente 640.000 reais para melhoria da infraestrutura turística (CMT, 2022).

Exploração Mineral de Ferro e Ouro: A AngloGold Ashanti é uma das principais mineradoras na região, produzindo 15,5 toneladas de ouro em 2018 nas cidades de Sabará, Caeté e Santa Bárbara. Em 2022, a barragem Córrego do Sítio produziu 2 toneladas de ouro (G1, 2024). Desde 1987, a AngloGold Ashanti possui concessão para explorar minério de ferro e ouro em Santa Bárbara, operando minas subterrâneas como Córrego do Sítio I e II, uma mina a céu aberto e duas plantas sulfetadas (Miranda, 2023).

Figura 2. Barragem Córrego do Sítio 1 e 2



Fonte: AngloGold Ashanti, 2024.

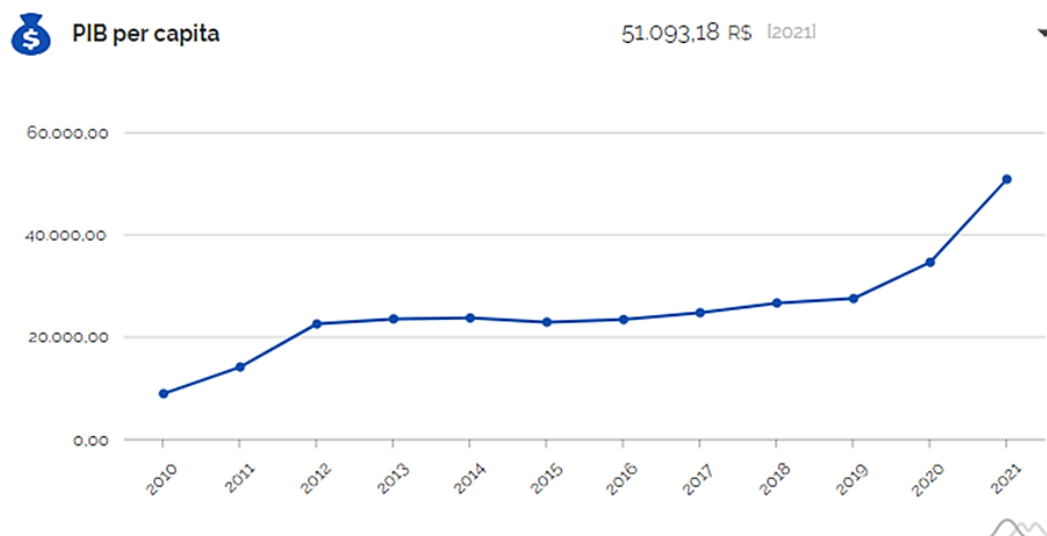
Ruy Mauro Marini reflete e explicita acerca da perpetuação dos ciclos de exploração e dependência, situação que se impõe no continente Latino-americano e, conseqüentemente, na região lócus deste estudo:

A superexploração da força de trabalho e o uso predatório dos recursos naturais em países dependentes são feitos de forma a maximizar os lucros das corporações multinacionais e manter a dependência econômica dessas regiões. (Marini, 2005, p. 58)

Trazendo tais determinações gerais para a realidade/particularidade de Santa Bárbara e região, temos a multinacional AngloGold Ashanti que se destaca como a maior empresa de mineração da cidade, junto com a Vale e a Samarco, gerando 6,9 milhões de reais em impostos municipais em 2017. Assim, Santa Bárbara configura-se como um território muito dependente (e destruído ambientalmente) pelas atividades da AngloGold Ashanti.

Em 2021, o PIB per capita foi de R\$ 51.093,18. Entre os municípios do estado, ocupava a 89ª posição de 853, e a 911ª posição de 5570 no país. Em 2015, a receita externa foi de 78,1%, colocando o município na 615ª posição no estado e na 3962ª no país (Gráfico 1) (IBGE cidades, 2022)

Gráfico 1 – PIB per capita censo (2022).



Fonte: IBGE Cidades, 2022.

Em 2017, Santa Bárbara arrecadou R\$ 97.196.950,00 e gastou R\$ 80.314.960,00, ficando em 91º lugar em receitas e 98º em despesas entre os 853 municípios mineiros. No Brasil, ocupa a 906ª posição em receitas e 992ª em despesas de um total de 5.570 municípios (IBGE cidades 2022).

Santa Bárbara possui uma diversidade rica, com paisagens naturais, tradições culturais, expressões artísticas, atividades econômicas diversificadas, mas em que prepondera expressivamente a mineração extrativista, e uma demografia variada em seus cinco distritos. Barra Feliz e Brumal se destacam por sua história e mineração, com Barra Feliz sendo conhecida por suas antigas minas, e Brumal, pela mineração de ferro (Becker, 2021; Conheça Minas, 2018; CMT, 2024). Já Florália e Conceição do Rio Acima, apesar de menos notáveis na mineração, são importantes em outras áreas econômicas e culturais. Florália é reconhecida pela agricultura, especialmente pelo cultivo de hortaliças e frutas, e por suas festas tradicionais, como a Festa da Colheita. Conceição do Rio Acima, por sua vez, se destaca no turismo ecológico e na preservação de patrimônios históricos, além de ser conhecida por suas feiras de artesanato e eventos culturais que valorizam a história local e as tradições regionais.

Além dos distritos principais, há várias comunidades rurais, como Sumidouro, Santana do Morro, Galego, Vigário da Vara, Cruz dos Peixotos, André do Mato Dentro, Barro Branco, Cachoeira de Florália, Mutuca e Costa Lacerda. Estas áreas,

com suas paisagens e histórias ricas, são fundamentais para a diversidade geográfica e sociocultural de Santa Bárbara (Vieira Servas, 2022).

Figura 3 – Mapa da região de Santa Bárbara



Fonte: Google Maps (2024).

A região preserva sua herança histórica e oferece aos visitantes a oportunidade de explorar não apenas seus aspectos culturais, mas também suas belezas naturais, consolidando-se como um destino que mescla tradição e modernidade (Coelho, 2017).

De modo geral, para aprofundar a compreensão sobre o município de Santa Bárbara, é necessário trazer mais dados específicos e detalhados sobre diversos aspectos socioeconômicos da região. Com isso, a tabela 3 demonstra dados socioeconômicos em áreas como educação, saúde, desemprego, entre outros.

Tabela 3. Dados Socioeconômicos do município de Santa Barbara, no último censo demográfico (2022).

Município de Santa Bárbara	Dados
População	30.466 pessoas (último censo 2022)
Trabalho e Rendimento	
Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2021)	2.6 salários-mínimos
Pessoal empregado (2021)	7.607 pessoas (23.87%)
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo (2010)	37.8%
Educação	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010)	96.9%
IDEB - Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) (2021)	6.0

IDEB - Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) (2021)	5.2
Matrículas no ensino fundamental (2021)	3.725
Matrículas no ensino médio (2021)	1.076
Escolas Estaduais	4
Municipais	15
Particulares	5
Economia	
PIB per capita (2021)	R\$ 51.093,18
Percentual das receitas oriundas de fontes externas (2015)	78.1%
Meio Ambiente	
Área urbanizada (2019)	8.61 km ²
Esgotamento sanitário adequado (2010)	85.8%
Arborização de vias públicas (2010)	38.4%
Urbanização de vias públicas (2010)	17.2%
Saúde	
Mortalidade Infantil (2022)	7.73 óbitos por mil nascidos vivos
Estabelecimentos de Saúde SUS (2009)	12 estabelecimentos
Território	
Área da unidade territorial (2022)	684.505 km ²
Bairros	23

Fonte: IBGE (2022).

Ademais, o município de Santa Bárbara faz divisa com os seguintes municípios: Alvinópolis, Barão de Cocais, Catas Altas, Caeté, Itabirito, Mariana, Ouro Preto, Rio Acima, Rio Piracicaba e São Gonçalo do Rio Abaixo. Essa extensa fronteira delimita as interações e conexões do local com suas áreas vizinhas, influenciando aspectos como economia, cultura e desenvolvimento regional.

1.2 Apontamentos sobre a mineração na Região de Santa Bárbara – MG

A região de Santa Bárbara, inserida no Quadrilátero Ferrífero¹, carrega um passado intrinsecamente ligado à mineração, especialmente de ferro, que há décadas tem sido o pilar econômico e cultural dessas terras. Desde os tempos coloniais, a extração de minérios moldou a paisagem e a vida das comunidades locais, deixando um legado complexo de “prosperidade” e desafios, incluindo geração de empregos, receitas fiscais, desenvolvimento de infraestrutura e investimentos comunitários. Todavia, é crucial garantir que esses avanços em alguns setores e áreas se traduza efetivamente em melhorias na qualidade de vida das

¹ O Quadrilátero Ferrífero é uma região localizada no estado de Minas Gerais, Brasil, conhecida pela sua rica concentração de minério de ferro. Esta área abrange cerca de 7.000 km² e inclui importantes cidades mineiras como Belo Horizonte, Ouro Preto, Itabira, Congonhas e Mariana.

comunidades locais, o que a teoria social crítica já expõe como algo inalcançável devido à busca incessante de lucros, pouco importando-se com a destruição ambiental e com a condição de existência e sobrevivência da classe trabalhadora em seu sentido amplo. O que vivenciamos cotidianamente é que a realidade traz à tona uma vida marcada pela destruição e mortes, e pela luta por justiça ambiental e social.

Os rompimentos de barragens não apenas chocam o país, mas também revelam a fragilidade das estruturas de controle e segurança na indústria mineradora. As consequências desses rompimentos não se limitam aos danos ambientais, que afetam irremediavelmente os ecossistemas locais e a qualidade de vida das populações, também se estendem aos impactos socioeconômicos, com a desestruturação das comunidades e a perda de meios de subsistência (UFMG, 2017).

A região do Quadrilátero Ferrífero, apesar de sua rica reserva de minerais, enfrenta desafios econômicos significativos, especialmente no que tange ao emprego, devido a dependência desta atividade. Coelho (2017), aponta como as dinâmicas de emprego nesta região são afetadas negativamente pela dependência da mineração, um setor que não garante estabilidade econômica ou empregatícia de longo prazo:

A minério-dependência gera subordinação frente mercados globais de commodities, onde são definidos os preços dos minérios exportados, instabilizando social e economicamente os locais minerados devido a flutuações nos preços. Na situação de minério-dependência, por exemplo, a arrecadação municipal e a geração de empregos e renda, mesmo que relativamente pequenas, serão impulsionadas pela atividade na qual a estrutura produtiva está especializada, o que cria dificuldade em criar alternativas econômicas, uma vez que os investimentos públicos serão direcionados para a manutenção e incentivo da atividade principal. (Coelho, 2017, p. 2)

De maneira geral, a extração mineral ocorre predominantemente em regiões com baixa renda média, resultando na tendência de as empresas mineradoras exagerarem a importância dos empregos gerados, tanto em relação aos salários quanto às condições de trabalho, em seus discursos. Estes empregos são numericamente limitados quando contrastados com setores econômicos que demandam a utilização de força de trabalho, os quais têm a capacidade de gerar um maior número de empregos. Além disso, uma parcela considerável desses

empregos é criada sob condições de terceirização e tem propensão a diminuir durante períodos de baixa nos preços dos minerais no mercado internacional (Coelho, 2017).

Deve-se igualmente ponderar sobre o custo de oportunidade resultante da alocação de investimentos públicos na mineração. Isso implica que, com o mesmo montante de investimento, o Estado ou a iniciativa privada poderiam promover formas econômicas diversas, que seriam menos prejudiciais e demandariam mais força de trabalho. No entanto, ao direcionar os investimentos públicos e privados para o estabelecimento da mineração, torna-se inviável a sustentação de outras atividades econômicas e a criação de alternativas (Milanez; Coelho; Wanderley, 2017).

Considerando os aspectos discutidos sobre a organização do trabalho em áreas sujeitas à mineração, é possível afirmar que, em cenários marcados pela dependência da extração mineral, os empregos na mineração ou em setores relacionados desempenham um papel crucial na subsistência das comunidades locais. Em virtude dessas circunstâncias, a população de modo geral se vê confrontada com uma realidade caracterizada por opções econômicas limitadas a curto prazo. Nesse sentido, Zonta (2016) afirma:

O ambiente da mineração é caracterizado por poucos trabalhadores assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por um grande número de terceirizados, uma organização sindical aliada às mineradoras e uma insuficiente fiscalização pelos órgãos públicos. O setor emprega 3 milhões de pessoas, dos quais 1,5 milhão são terceirizados e apenas 500 mil têm carteira assinada, segundo dados da Frente Sindical Mineral. (Zonta, 2016).

Isto gera, não somente um alto índice de rotatividade e volatilidade em funções e de pessoas, como também interfere nas péssimas condições de manutenção, alteamento, construção, contenção de rejeitos etc. ou seja, gera negligência destas grandes multinacionais que pensam estar acima das leis trabalhistas, ambientais e sociais do Estado (Xavier; Vieira, 2016).

De acordo com o Atlas do Problema Mineral Brasileiro (2023), entre os 50 municípios mais minerados, Santa Bárbara-MG apresenta 27,3% de emprego formal relacionado com a atividade da mineração extrativista e 72,8% representam outras atividades econômicas. Ainda, dispõe sobre a média de renda dos trabalhadores da atividade da mineração, correspondente a R\$4,270,00. Com relação ao Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH-M), Santa Bárbara apresenta 0,707 apenas um pouco acima comparado ao do Brasil que é (0,699). E a taxa de mortalidade infantil é de 14,49, relativamente uma taxa alta.

É fato que a atividade da mineração extrativista está na base da economia e realidade social de Santa Bárbara-MG e outros territórios dependentes desta atividade econômico produtiva. Porém, essa condição de minério-dependência promove pouca melhoria na condição de vida da população que depende desta atividade, o que podemos comprovar através dos índices apresentados acima. (Coelho 2017 *apud* Santos, 2011, p. 5).

Esta negligência por parte das corporações multinacionais contribui significativamente para a perpetuação de ciclos de exploração e desequilíbrio econômico, pois, a falta de adesão às regulamentações locais não só agrava as condições de trabalho, mas também enfraquece a estrutura econômica das regiões afetadas. Em consequência, a economia local fica vulnerável à manipulação e exploração perpetuada ao longo da história, o que leva a um aumento da dependência econômica. Essa situação de dependência é ainda mais exacerbada pelo fato de que os lucros e benefícios gerados pela exploração de recursos muitas vezes são repatriados para os países de origem das multinacionais, deixando pouco ou nenhum benefício econômico para as comunidades locais. Essa dinâmica reforça a ideia de uma economia subordinada, destacada por Theotônio dos Santos, onde o crescimento e desenvolvimento locais são constantemente comprometidos pela lógica imperialista do capital (Theotônio dos Santos, 2015).

Em adição, a abundância de recursos naturais pode acarretar uma série de desafios, tais como a excessiva dependência em uma única commodity, instabilidade política, corrupção e um desenvolvimento humano aquém do ideal. Theotônio dos Santos, um dos formuladores da Teoria Marxista da Dependência, conceituou a estrutura da dependência como a "condição em que a economia de determinados países é influenciada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual está subordinada" (Santos, 2011, p. 5). Na dinâmica da dependência, a economia do país/região dependente experimenta crescimento ou declínio como reflexo da trajetória econômica do país/região dominante. É importante ressaltar que isso não se trata de uma relação de determinação, mas sim de condicionamento.

Essa dependência configura-se como uma situação econômica, política e social na qual algumas sociedades têm sua estrutura condicionada pelas

necessidades, interesses e ações de outras nações (Santos, 1978). Contudo, os termos dessa relação são fortemente determinados pelas forças internas que compõem a sociedade dependente. A posição subalterna e a limitada capacidade de enfrentamento no cenário internacional são explicadas pela combinação dessas forças internas e externas (Santos, 2011).

Deste modo, podemos exemplificar com a paralisação das atividades da Usina comandada pela empresa Gerdau, no município de Barão de Cocais-MG, vizinho de Santa Bárbara, que estavam registrado sem seu quadro funcional 500 trabalhadores em maio de 2024. De acordo com informações repassadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Barão de Cocais, cerca de 487 trabalhadores seriam demitidos devido à paralisação das atividades decorrente dos “custos elevados de matérias-primas, a insuficiência da produção de minério de ferro próprio em Minas Gerais e a estrutura com menor nível de atualização tecnológica da usina” (Luz; Mansur, 2024).

Para Marx, “a acumulação capitalista” é essencial ao Modo de Produção Capitalista, ao mesmo modo que incentiva o progresso tecnológico permitindo ao capitalista a redução dos custos, impacta na vida dos trabalhadores tornando-os desempregados, impossibilitados de vender sua força de trabalho, ou seja, um contingente de Exército Industrial de Reserva-EIR, termo cunhado por Engels. Esses trabalhadores passam a viver na mais absoluta pauperização, alterando seu modo de vida e trabalho com grandes impactos na saúde, alimentação, habitação (Netto; Braz, 2012).

O aumento da eficiência e do investimento de capital na mineração em grande escala, associado à redução do número de empregos, modificou a natureza da atividade, tornando-a mais centrada em tecnologia. A partir da segunda metade do século XX, as principais empresas do setor de mineração reduziram a dependência da força de trabalho para interação com a natureza, favorecendo o desenvolvimento de bens de capital sofisticados (Barbosa et al., 2021). Isso não implica que tenham abandonado o uso da força de trabalho, mas sim, que o trabalhador perdeu espaço para a automação e mecanização da extração. Esse processo foi intensificado a partir de 1950 com a adoção de mineradores contínuos, dispositivos que fragmentam e carregam minério de maneira contínua, possibilitando um aumento no ritmo de extração. Equipamentos de grande porte, perfurações de maior diâmetro,

monitoramento online e o uso de GPS tornaram-se mais comuns nas operações de mineração. Além disso, os sistemas de transporte evoluíram para se tornarem mais complexos e ágeis (Mendoza *et al.*, 2020).

Quanto ao emprego na megamineração a céu aberto, é importante destacar que, de forma geral, este setor apresenta uma baixa demanda por trabalhadores em suas operações de extração e produção, sendo identificado como intensivo em capital, ou seja:

Uma atividade econômica caracterizada como intensiva em capital é aquela em que um montante fixo de investimento resulta em menos oportunidades de emprego quando comparada a outras atividades (Organization For Economic Cooperation And Development, 2022).

Para compreender essa faceta da realidade, parte-se do entendimento de que a América Latina é um continente caracterizado pela 'superexploração da força de trabalho', que constitui um dos alicerces do capitalismo dependente, que segundo Marini (2005), só pode ser compreendido considerando processos como (i) a integração subordinada da América Latina ao mercado mundial por meio da violência e da expropriação de riquezas pelas metrópoles europeias, (ii) o 'intercâmbio desigual', (iii) a 'superexploração da força de trabalho', (iv) o 'ciclo do capital na economia dependente', (v) o modo como ocorre a industrialização nesse tipo específico de formação capitalista, entre outros elementos relacionados a esses processos específicos.

Conforme Bunker (1984), ao realizar a extração de recursos naturais de determinado ambiente, os vínculos socioeconômicos e ambientais locais têm a propensão de perder valor, ao passo que os destinos das matérias-primas tendem a valorizar-se. Esse processo de apropriação extrativa resultaria no empobrecimento da região que depende da extração e exportação desses recursos naturais.

Nesse sentido, a expectativa é que as exportações de matérias-primas levem ao empobrecimento dos países e regiões de origem, enquanto enriquecem os países e regiões de destino. Isso se explica pela própria dinâmica de acontecimento do capitalismo, que tem como base a exploração da força de trabalho e a destruição da natureza.

Diante desse cenário, podemos citar o rompimento da barragem de Fundão, que ocorreu no município de Mariana-MG em 2015, como o maior crime socioambiental do país. Tal fato, trouxe diversos impactos negativos para o território, desde a destruição da fauna e flora, ceifou vidas, destruiu comunidades apagando

culturas. Atualmente, a população atingida luta por reparações e com a morosidade da justiça e a omissão das empresas responsáveis pelo rompimento/crime o cenário ainda se coloca de devastação e injustiça.

É importante salientar que muitas ações no processo de reparação só foram possíveis ser mediadas entre população atingida, poder público e empresas responsáveis, através da atuação dos movimentos sociais, que desenvolvem um papel importante na luta e na reivindicação de garantia integral da reparação à

A partir da realidade imposta pelo rompimento/crime da barragem de Fundão, e reivindicando a esteira teórica da TMD, Bertollo (2017), reitera que a superexploração da força de trabalho é a categoria central para explicar a nossa condição de dependência frente aos países centrais. Principalmente nos territórios onde a atividade da mineração é presente, a superexploração da força de trabalho se manifesta de diferentes formas nas relações trabalhistas desde “ pagamentos de baixos salários, jornada de trabalho intensiva e prolongada, condição de desemprego conforma os ciclos produtivos, terceirização e outros elementos” (Bertollo, 2017, p.162).

No caso, da mineração, estaca-se o fato de que muitos trabalhadores enfrentam longos turnos de trabalho, geralmente são de 12 horas, alternando entre turnos diurnos e noturnos. Esse regime de trabalho rigoroso é uma característica comum em muitas operações de mineração, onde a produção contínua é crucial para maximizar a eficiência e a rentabilidade para as empresas. Embora os salários na mineração tendam a ser mais altos do que a média salarial regional, essa aparente “prosperidade remuneratória” não se distribui uniformemente. Segundo dados do IBGE, a média salarial da população em regiões mineradoras frequentemente é mais alta que em outras áreas. No entanto, essa média pode mascarar disparidades significativas em que muitos trabalhadores enfrentam a partir da superexploração, com salários que, embora superiores à média, não compensam adequadamente os riscos e o desgaste físico associados ao trabalho (Castro, 2022).

No entendimento de Xavier e Vieira (2016, p. 198-199):

A relação de exploração viabilizada pelo sistema produtivo capitalista legítima não apenas a degradação dos recursos naturais, mas também possibilita a ruína da qualidade de vida e da saúde daquelas e daqueles cuja força de trabalho é essencial para a produção do lucro. Os espaços de reprodução da vida são, portanto, utilizados como instrumentos de dominação do capital, que se apodera, segundo a lógica do lucro e da apropriação privada, dos recursos naturais e dos ambientes de socialização construídos pelas mãos humanas. Entre as inúmeras consequências desse

processo, está o adoecimento e a morte do ser humano que trabalha em decorrência da atividade produtiva que exerce. (Xavier; Vieira, 2016, p. 198-199).

A mineração a céu aberto e o transporte de minério produzem grandes quantidades de poeira, que afetam significativamente a qualidade do ar. Partículas de poeira fina, conhecidas como material particulado (PM₁₀ e PM_{2.5}), podem ser inaladas, causando problemas respiratórios como asma, bronquite e outras doenças pulmonares crônicas. A poeira gerada pelas atividades de mineração não só paira no ar, mas também se deposita nas casas e áreas públicas, dificultando as atividades diárias (Dias, 2020).

Diante disso, Chakraborty *et al* (2002), afirmam que

Portanto, a mineração a céu aberto é conhecida como uma das principais fontes de material particulado (PM) de diferentes tamanhos. Entre outras fontes de poluição nas regiões de mineração, os poluentes PM que causam degradação da qualidade do ar e levam a efeitos adversos na saúde humana são motivo de sérias preocupações quando seus níveis no ar estão altos (Chakraborty *et al.*, 2002).

Além disso, a mineração também impacta os corpos d'água da região, através dos efluentes industriais, sedimentação e contaminação das fontes de água. Catas Altas-MG, outro município limítrofe de Santa Bárbara, tem sido um exemplo de resistência e luta pela preservação ambiental. A comunidade se mobilizou para proteger a Serra do Caraça, uma área de importância ecológica e turística através de ações como o ativismo ambiental, tem utilizado ações jurídicas para barrar projetos de mineração que ameaçam a Serra do Caraça e seus recursos hídricos e iniciativas de conservação através de projetos que visam proteger a biodiversidade e garantir a disponibilidade de água (Camargo, 2019).

Ainda sobre a região lócus deste estudo, evidenciando o município de Catas Altas-MG, que pertenceu ao município de Santa Bárbara, mas em dezembro de 1995, através da lei nº 12.030, emancipou-se. Economicamente, também é dependente da exploração mineral, e como demais espaços geográficos da região, compõe um belíssimo cenário composto pela Serra e o Parque do Caraça, cenário este que cotidianamente vivencia as ofensivas brutais e a devastação decorrentes da mineração extrativista.

Nele, atualmente a mineradora Vale explora a mina São Luiz que compreende ao Complexo de Fazendão e está localizada próxima ao povoado de Morro D' Água Quente. Ainda, no município de Catas Altas-MG, a mineradora mantém um projeto

que visa a expansão e reativação das minas de Tamanduá e das Almas. A comunidade do povoado há anos luta pela não reativação dessas minas, devido serem localizadas muito próximo das residências, e pela destruição dos mananciais de água que abastecem o município que causaria.

Outro fator que vem impactando cotidianamente a comunidade de Catas Altas e o povoado do Morro D' Água Quente é a poluição causada pela poeira, barulho do trem utilizado no carregamento e transporte do minério. Segundo o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) a retomada das atividades das minas “traz diversos problemas, entre eles mais problemas de saúde causados pela mineração, prejuízo dos atrativos culturais e turísticos do município, a destruição de nascentes, e no comprometimento do uso de cachoeiras e a barragem do mosquito, fontes de lazer para o município” (Brasil de Fato, 2020).

Concordamos com Bertollo (2017), quando diz que a atividade da mineração extrativista é altamente danosa em detrimento ao lucro, prejudicando todos os sujeitos mesmo aqueles que não estão diretamente ligados ao processo produtivo deste setor.

Situação que exemplifica tal situação é o fato de que em 2019, após o rompimento/crime da Barragem do Córrego de Feijão em Brumadinho, mais de 500 pessoas tiveram a remoção forçada na comunidade de Socorro em Barão de Cocais-MG devido ao risco iminente do rompimento da Barragem da mineradora Vale.

É fato que, desde o surgimento de Barão de Cocais-MG a atividade da extração de ouro é presente no território conformando a economia local. Desde 2016, com a paralisação das atividades da Mina de Gongo Soco da mineradora Vale, a população vem sofrendo com o fim desta atividade, que deixou um lastro de impactos no território, desde o risco iminente da barragem - causando medo e insegurança na população, desemprego, adoecimentos e um processo brutal de desterritorialização.

Ademais, a comunidade de Socorro, localizada em Barão de Cocais-MG, é mais um caso emblemático dos impactos negativos da mineração na região lócus deste estudo. Na noite de 8 de fevereiro, poucos dias após o rompimento/crime da barragem B1 em Brumadinho-MG, essa comunidade foi evacuada devido ao iminente risco de rompimento da barragem de Gongo Soco, operada pela Vale. Essa situação realça os sérios desafios enfrentados pelas comunidades locais, incluindo a

exploração dos trabalhadores, a destruição ambiental e a expulsão forçada das famílias de seus territórios (Ferraz, 2021).

Dias (2020) enfatiza que essa comunidade é um exemplo do “rompimento de vidas” causado pela evacuação forçada e pelas paisagens “destruídas” por esse processo de usurpação. Seus lugares foram tomados, suas vidas despedaçadas, constantemente ameaçadas pelas barragens. Além disso, as negligências no processo de alteamento das barragens, tanto pelas mineradoras proprietárias quanto pelos gestores públicos - que frequentemente “fecham os olhos” aos processos de consultoria, expõem os moradores aos interesses das mineradoras que financiam as inspeções de segurança. Como resultado, essa população expulsa se torna desamparada, órfã em seu próprio território.

Essa situação demarca e reitera que “a superexploração da força de trabalho vem muito fortemente condicionada à ofensiva do capital sobre a sua cultura, sua forma de vida, e obviamente, também sobre a sua forma de sobrevivência no tocante à questão econômica” (Bertollo, 2017, p.192).

Como outro exemplo de evacuação territorial- retirada forçada das famílias de suas comunidades, nos moldes do que ocorreu em Barão de Cocais, é a desocupação de famílias em Conceição do Mato Dentro-MG, que desde 2013, causa impactos profundos e negativos na vida das pessoas. Muitas famílias foram forçadas a deixar suas terras sem receber uma compensação justa, o que resulta na perda de suas casas e meios de subsistência. Neste território, a mineradora Anglo American, que atua em Santa Bárbara, conforme já explicitado, utilizou estratégias como a negociação com apenas alguns membros das famílias, muitas vezes sem a concordância de todos os herdeiros, o que gerou conflitos internos e facilitou a aquisição das terras pela empresa. Os moradores, muitas vezes com baixa escolaridade e sem acesso adequado à informação e serviços públicos, enfrentaram grandes dificuldades para reverter a situação através do sistema judiciário (Milanez e Santos, 2020).

Essas ações de desocupação não apenas violam direitos humanos fundamentais, mas também contribuem para o aumento da pobreza e da desigualdade social nas regiões mineradas. A expulsão de famílias de suas casas desestabiliza comunidades inteiras, destrói redes de apoio social e interrompe a vida escolar e profissional dos moradores. Além disso, o impacto ambiental das atividades mineradoras, como a contaminação de fontes de água e a degradação de

áreas cultiváveis, torna ainda mais difícil a sobrevivência das famílias despejadas. A situação em Mariana-MG no pós rompimento é um exemplo emblemático dessa realidade, onde a Samarco tem repetidamente violado direitos e ignorado as necessidades básicas da população afetada.

A desocupação também contribui para a desestruturação social das comunidades rurais. A remoção forçada e a perda de acesso às terras causam sentimentos de solidão e isolamento entre os moradores, dificultando a resistência às operações das mineradoras. Além disso, há relatos de uso de violência e intimidação contra aqueles que se opõem aos projetos mineradores. Táticas como ameaças, fechamento de acessos tradicionais e destruição de benfeitorias existentes são empregadas para pressionar os moradores a aceitarem as condições impostas pelas empresas. Esses processos de desocupação não apenas destroem o tecido social das comunidades, mas também comprometem sua capacidade de recuperação e resistência a longo prazo (Milanez e Santos, 2020).

Nesse bojo de violações a partir da atividade da mineração extrativista, ainda é imperioso mencionar o rompimento/crime em Mariana-MG, ocorrido em 5 de novembro de 2015, em decorrência da destruição massiva causada, o que desde então levanta questões indagações sobre a responsabilidade e segurança na mineração por parte das mineradoras. Os impactos resultaram na morte de 19 pessoas e desalojaram centenas de famílias. Cerca de 60 milhões de m³ de rejeitos de mineração foram despejados, devastando ecossistemas ao longo do Rio Doce até o Oceano Atlântico. Além disso, comunidades inteiras, como Bento Rodrigues, foram destruídas (Ribeiro, 2023).

A Fundação Renova, criada para gerenciar as ações de reparação e compensação, tem sido alvo de críticas pela lentidão e ineficácia de suas ações. A demora na reconstrução das comunidades e na compensação das vítimas é evidente. Os processos judiciais contra a Samarco, Vale e BHP Billiton avançam lentamente, sem resultados satisfatórios para muitas das vítimas até o momento (Hibrain, 2021). O que aconteceu em Mariana-MG é um exemplo trágico das consequências da negligência e da ganância na mineração. A morosidade dos processos de reparação, as contradições na responsabilização e a falta de justiça efetiva destacam a necessidade de uma atuação firme e comprometida na defesa dos direitos das comunidades afetadas.

Portanto, pode-se afirmar que Minas Gerais é um estado marcado pelo lastro de destruição causado pela atividade da mineração extrativista. Nesse sentido, a superexploração da força de trabalho é uma prática frequente na vida de trabalhadores, população e todos aqueles que recorrem à atividade da mineração extrativista (Bertollo, 2017). Essa situação, nos permite refletir e entender as contradições que essa atividade econômico produtiva vem operacionalizando sobre pessoas e territórios. Por isso, torna importante o papel dos movimentos sociais, das diferentes mídias alternativas em territórios dependentes desta atividade e principalmente do Serviço Social que busca viabilizar os direitos da classe trabalhadora e intervém nas múltiplas expressões da “questão social” fruto da atividade da mineração que ocorre nesta região.

CAPÍTULO II – MÍDIAS ALTERNATIVAS NO ENFRENTAMENTO AO ATUAL MODELO DE MINERAÇÃO: REFLEXÕES EM TORNO DA ‘REVISTA QUADRILÁTERO’.

2.1 Histórico das Mídias Alternativas no Brasil

As práticas de mídia alternativa são entendidas como ações que visam pluralizar as vozes do debate público, oferecendo temas e ângulos frequentemente obscurecidos pelos veículos de comunicação hegemônicos, orientados por interesses comerciais. Desde a publicação de "Jornalistas e revolucionários nos tempos de imprensa alternativa" por Bernardo Kucinski, que analisava o jornalismo hegemônico atuante contra o regime de exceção de 1964, nenhuma outra obra se dedicou a estabelecer novos critérios para caracterizar uma imprensa que emergiu no final dos anos 1980 e ganhou força na década seguinte, também de caráter alternativo e engajado socialmente (Rodrigues, Serschön e Pereira, 2023; Haubrich, 2017).

Neste tópico, será explicitado acerca da trajetória das mídias alternativas no Brasil, marcada pela luta por transformações e pela vinculação com setores sociais historicamente oprimidos, passando pelo surgimento da mídia alternativa ligada às lutas do povo, à ascensão da imprensa operária, até o contexto atual de avanço da internet e intensificação da midiatização digital. Nos últimos anos, também

observamos um crescimento significativo nos serviços de checagem de fatos (fact-checking) nas plataformas jornalísticas digitais, visando garantir que as atividades jornalísticas sejam isentas, imparciais e comprometidas com a verdade e a neutralidade (Fiorucci, 2017).

John Downing, em seu extenso trabalho "Mídia Radical" (2002), define as práticas de mídia alternativa, ou mídia radical alternativa, como um fenômeno histórico contínuo e presente em diversos países e períodos. Para Downing, o papel da mídia radical é essencialmente de "quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer as verdades" (2002, p.49), especialmente em regimes opressores que usam a censura e o controle da informação de maneira intensa. Em contextos onde a hegemonia capitalista se sustenta principalmente por meio da autocensura e do interesse comercial das mídias tradicionais em manter o *status quo*, Downing observa que

a mídia radical tem a missão não apenas de fornecer ao público os fatos que lhe são negados, mas também pesquisar novas formas de desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo hegemônico e fortalecer o sentimento de confiança do público em seu poder de engendrar mudanças construtivas (Downing, 2002: 50).

Além disto, Vanderlei de Sousa Carvalho, afirma que o que denomina uma mídia alternativa, é o fato de não ser uma empresa capitalista, muito pelo contrário, em geral, são constituídas através de sindicatos, partidos sociais ou instituições públicas filantrópicas. Como dito por ele:

Nem todo veículo de comunicação é uma empresa capitalista, logo, nem todo meio de comunicação destina-se a veicular a concepção burguesa de mundo. Há uma imprensa que se especializa em comunicar outras concepções de mundo relativas aos projetos políticos de partidos, sindicatos e outras organizações da sociedade. Esta imprensa é definida pelos especialistas como imprensa alternativa, ela apresenta outras concepções de mundo, veiculando outros valores e interesses que não aqueles da grande imprensa. De todo modo, a distinção só vem a confirmar a grande imprensa como atividade capitalista (CARVALHO, 2004, p. 10).

Tal fato é reafirmado por Ferreira (1988), ao afirmar que tais características são centrais a quaisquer mídias alternativas:

O veículo de comunicação da classe trabalhadora – quer seja representante de sindicato ou de partido – não tem proprietário, e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida; seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas etc. produzido pela coletividade e para ela mesma. O jornal é um instrumento de informação, conscientização e mobilização; o receptor não é um elemento passivo, mas alguém que tem interesses comuns e participa da mesma forma de organização. (FERREIRA, 1988, p.6).

Dessa forma, a mídia alternativa no Brasil tem suas raízes profundamente entrelaçadas com a história política e social do país. O período da ditadura militar, iniciado em 1964, marcou um ponto crucial para o surgimento da imprensa alternativa. Frente ao regime autoritário, diversas publicações surgiram com o objetivo de oferecer uma visão crítica e oposicionista em relação ao governo militar. Esses veículos, muitas vezes chamados de "nanicos", destacavam-se por sua resistência à censura e por seu compromisso com a liberdade de expressão (Haubrich, 2017).

Tabela 1. Principais Publicações da Década de 1960 e 1970

PUBLICAÇÃO	ANO DE FUNDAÇÃO	DESCRIÇÃO
Pif Paf	1964	Fundada por Millôr Fernandes, foi um dos primeiros jornais satíricos do Brasil. Era conhecida por seu humor ácido e irreverente, que criticava a política, a sociedade e os costumes da época. O jornal teve grande sucesso popular e influenciou diversas outras publicações humorísticas.
O Pasquim	1969	Publicação humorística e crítica, que se tornou um símbolo da resistência à ditadura militar brasileira. O jornal era conhecido por suas charges, cartuns e textos que satirizavam os governantes e as políticas do regime. O Pasquim também publicava artigos sobre diversos temas, como cultura, música e cinema. O jornal foi fechado pela censura em 1978.
Movimento	1975	Jornais voltados à oposição política e à denúncia de abusos do regime militar brasileiro. Os jornais Movimento eram produzidos por diversos grupos de esquerda e tinham como objetivo informar a população sobre os crimes da ditadura e mobilizar a sociedade para a luta pela democracia. Os jornais Movimento foram frequentemente alvo da censura e da repressão do regime.

Fonte: adaptado do site Memórias da ditadura. 2023.

Com a abertura política e a redemocratização do Brasil na década de 1980, a mídia alternativa ganhou novo fôlego. Este período foi marcado pelo surgimento de várias publicações que buscavam discutir a nova realidade política do país, agora livre da censura militar, mas ainda repleta de desafios sociais e econômicos.

Tabela 2. Publicações da Reabertura Democrática

PUBLICAÇÃO	ANO DE FUNDAÇÃO	DESCRIÇÃO
Em Tempo	1977	Jornais de oposição ao regime militar, continuaram na democracia.

Coojornal	1978	Publicação cooperativa de jornalistas gaúchos. Jornal voltado para a comunidade LGBT e direitos humanos.
Lampião da Esquina	1978	

Fonte: adaptado de Gaspari (2002); Kucinski (2003).

Em Tempo (1977-presente): Fundado em 1977, foi um dos primeiros jornais alternativos brasileiros a surgir após a anistia. O jornal era conhecido por sua cobertura crítica da política brasileira e sua defesa dos direitos humanos. O Em Tempo teve um papel importante na luta pela democratização do país e se tornou uma referência para o jornalismo alternativo brasileiro. Coojornal (1978-1980): Publicação cooperativa de jornalistas gaúchos, se caracterizava por sua cobertura independente e crítica da realidade brasileira. O jornal era conhecido por suas reportagens investigativas e seus artigos de opinião que questionavam o regime militar. O Coojornal foi um importante veículo de comunicação para a comunidade gaúcha e contribuiu para o debate público sobre os rumos do país (BnDigital, 2024).

Lampião da Esquina (1978-1980): Jornal voltado para a comunidade LGBT e direitos humanos, foi um dos primeiros veículos de comunicação a abordar de forma aberta e positiva a temática da homossexualidade no Brasil. O jornal era conhecido por suas reportagens, entrevistas e artigos de opinião que defendiam os direitos da comunidade LGBT. O Lampião da Esquina foi um importante marco na luta pela igualdade de direitos no Brasil e contribuiu para a visibilidade da comunidade LGBT no país (BnDigital, 2024).

Prosseguindo no tempo, na década de 1990, com o avanço da globalização e a popularização da internet, a mídia alternativa no Brasil começou a se diversificar ainda mais. Este período viu o surgimento das mídias comunitárias, que buscavam dar voz a comunidades locais e grupos marginalizados, utilizando novas tecnologias para ampliar seu alcance e impacto.

Tabela 3. Exemplos de Mídias Comunitárias

PUBLICAÇÃO	ANO DE FUNDAÇÃO	DESCRIÇÃO
Viva Favela	2001	Portal de jornalismo comunitário produzido por moradores de favelas.
Rádio Heliópolis	1992	Estação de rádio comunitária na periferia de São Paulo.
TV Viva	1984	Canal comunitário de televisão em Recife, Pernambuco.

Fonte: adaptado de Bndigital (2024).

O portal "Viva Favela", lançado em 2001, é um exemplo significativo de como a internet começou a ser utilizada para dar visibilidade às histórias e perspectivas das comunidades de favelas no Brasil. Produzido por jornalistas comunitários, o portal oferecia uma visão alternativa e autêntica das realidades dessas comunidades, desafiando os estereótipos frequentemente perpetuados pela grande mídia. Na época, a própria rede mundial de computadores ainda era incipiente no Brasil e as páginas jornalísticas engatinhavam, aspecto que contribuiu para o seu ineditismo (WikiFavelas, 2024).

Com a chegada do século XXI, a mídia alternativa no Brasil entrou em uma nova fase, impulsionada pelo crescimento das plataformas digitais e pelas redes sociais. Esse período é caracterizado pela multiplicação de blogs, canais no YouTube, podcasts e outras formas de mídia digital, como as redes sociais, que continuam a desafiar a hegemonia dos grandes conglomerados de comunicação.

Tabela 4. Plataformas Digitais e Iniciativas Recentes

PUBLICAÇÃO	ANO DE FUNDAÇÃO	DESCRIÇÃO
Mídia Ninja	2013	Coletivo de mídia independente focado em jornalismo cidadão.
Jornalistas Livres	2015	Coletivo de jornalistas e ativistas promovendo jornalismo independente.
Revista Quadrilátero	2019	Espaço de debate de um tema muito caro à região: a dependência econômica de Minas Gerais em relação à mineração e as suas consequências.

Fonte: adaptado de Andrade e Nunes (2021); Revista Quadrilátero (2019).

Demarcadas essas referências mais amplas, e direcionando para o tema deste estudo, temos A "Revista Quadrilátero" como um exemplo recente e relevante de mídia alternativa focada em questões regionais e ambientais. Surgida em 2019 na microrregião da Serra do Caraça, em Minas Gerais, a revista se propõe a discutir a dependência econômica da região em relação à mineração e suas consequências. Atuando nos municípios de Barão de Cocais, Catas Altas e Santa Bárbara, a "Quadrilátero" aborda a necessidade de diversificação econômica, incentivando o turismo, a agricultura, a pecuária, a indústria e o comércio como alternativas sustentáveis à mineração (Revista Quadrilátero, 2024).

A revista se dedica a fazer diagnósticos e prognósticos sobre a situação atual e futura da região. O diagnóstico aponta que a microrregião depende fortemente da mineração, mas ainda há pouca discussão sobre os impactos dessa atividade. O prognóstico, por sua vez, destaca que o minério é um recurso finito e, portanto, é

necessário preparar uma transição econômica segura e sustentável (Revista Quadrilátero, 2024).

A "Revista Quadrilátero" se orienta por quatro diretrizes básicas: comprometimento com a verdade, honestidade intelectual, apreço pela ciência e busca por um modelo econômico sustentável e regional. Com essas diretrizes, a revista visa produzir artigos bem estruturados e baseados em dados sólidos, promovendo uma compreensão profunda e crítica da realidade regional e contribuindo para um futuro mais sustentável (Revista Quadrilátero, 2024).

Figura 4. Primeiro editorial da revista Quadrilátero, 2019

Revista Quadrilátero: minério-dependência e os desafios da microrregião da Serra do Caraça

EDITORIAL – Rafael Augusto Gomes, Barão de Cocais, 13/04/2019.

Nota do Editor: Seria estranho dizer que é um "prazer" apresentar ao amigo leitor o primeiro editorial da Revista Quadrilátero neste momento, justamente quando os moradores da região, principalmente de **Barão de Cocais** e **Santa Bárbara**, menos podem ter "prazer" em suas vidas. No entanto, embora também estejamos muito apreensivos com a situação de nossos municípios, podemos dizer que estamos muito animados e esperançosos com esta nova empreitada. Não havendo nada mais a acrescentar, apresentamos-lhes a Revista Quadrilátero e o seu primeiro **editorial**.



Barragem Sul Superior, na mina de Gongo Soco, em Barão de Cocais (MG): uma bomba relógio prestes a explodir (Foto: Google).



Fonte: Revista Quadrilátero, 2024

Apesar dos avanços, a mídia alternativa no Brasil ainda enfrenta desafios significativos. A dependência de financiamento, a pressão econômica e política, e a competição com grandes conglomerados de mídia são obstáculos constantes. No entanto, a persistência e a criatividade desses veículos continuam a demonstrar seu valor e relevância na sociedade contemporânea. Logo, a história da mídia alternativa no Brasil é uma narrativa de resistência, inovação e compromisso com a verdade e a justiça social. Desde suas origens na luta contra a ditadura até sua adaptação às novas tecnologias e desafios do século XXI, esses meios de comunicação têm desempenhado um papel crucial na democratização da informação e na promoção de um debate público mais rico e diversificado, além de bater de frente com

injustiças cometidas com públicos minoritários que não possuem a atenção devida a seus problemas.

2.2 As mídias alternativas em territórios em que a mineração extrativista se põe como atividade econômico produtiva hegemônica.

No decorrer deste item, serão apresentadas reportagens de mídias alternativas, com delimitação na “Revista Quadrilátero”, em territórios onde a mineração extrativista se posiciona como atividade econômica produtiva hegemônica, mais precisamente a Região de Santa Bárbara. Através da análise dessas reportagens, buscaremos compreender as repercussões e o entendimento gerados por essa atividade em comunidades afetadas, destacando o papel das mídias alternativas, em particular a Revista Quadrilátero, como veículos de denúncia e exposição dos impactos socioambientais desencadeados pelo atual modelo de mineração.

Por meio da análise crítica das reportagens próprias da Revista Quadrilátero e outras mídias alternativas publicadas-reproduzidas por esta revista, pretendemos explicitar os contornos do contexto da mineração extrativista em Santa Bárbara, desencadeando reflexões mais profundas sobre a atividade econômica da mineração, preservação ambiental ou destruição causada, dependência econômica e exploração da força de trabalho. A seguir explicitamos as reportagens e suas ênfases:

Tabela 1. Reportagens próprias da Revista Quadrilátero, entre 2019 e 2020.

Título da Reportagem	Ênfase da reportagem	Link da publicação	Data da publicação
O momento exige menor vaidade do poder público e maior empoderamento da sociedade civil	Dependência econômica de certas regiões de Minas Gerais em relação à mineração; Ameaça constante de rompimento de barragens; Mudança no modelo de mineração Cenário pós-mineração	https://revistaquadrilatero.wordpress.com/2019/04/19/o-momento-exige-menor- vaidade-do-poder-publico-e-maior-empoderamento-da-sociedade-civil/	14/09/2019
O que você sabe sobre a nossa água? (Sarah Helena Neves)	A importância da água; Consequências dos desastres	https://revistaquadrilatero.wordpress.com/2019/05/08/o-que-voce-s	08/05/2019

Xavier)	ambientais; Exploração de recursos naturais; O impacto que a empresa Anglo Gold Ashanti traz para as fontes de água de Santa Bárbara	abe-sobre-nossa-agua /	
No fim das contas, quem paga o pato? (Vinicius Faria Ramos)	Impunidade das grandes mineradoras; A diferença entre as consequências que a comunidade sofreu e as empresas; A rápida recuperação das empresas responsáveis pelo crime	https://revistaquadrilatero.wordpress.com/2019/06/13/no-fim-das-contas-quem-paga-o-pato/	10/06/2019
Vale fazer das Minas um cemitério geral? (Livia Carvalho Santos)	A dependência da economia nas Mineradoras; O funcionamento dessas empresas na pandemia, não se importando com a comunidade e nem com o trabalhador	https://revistaquadrilatero.wordpress.com/2020/06/08/vale-fazer-das-minas-um-cemiterio-geral/	08/06/2020
Editorial- Por uma mídia séria, democrática e coletiva: a Quadrilátero 2.0 (Rafael Augusto Gomes)	A nova fase da Revista Quadrilátero; Ampliação do conteúdo para além da discussão sobre mineradoras, mas também pertencimento da comunidade no território; Convite para a comunidade participar da revista de forma colaborativa e participativa.	https://revistaquadrilatero.wordpress.com/2020/08/10/editorial-por-uma-midia-seria-democratica-e-coletiva-a-quadrilatero-2-0/	10/08/2020

Percebe-se na análise das reportagens próprias da Revista Quadrilátero que a grande preocupação deste veículo de comunicação são os impactos da mineração extrativista gerados sobre as comunidades pelas mineradoras na região de Santa Bárbara.

É divulgado pelas mineradoras e até mesmo pelo poder público em geral que a atividade minerária nos municípios traz benefícios, oferece novas oportunidades de negócios, gera empregos diretos e indiretos, impulsiona o crescimento do mercado consumidor local e aumenta a arrecadação tributária. No entanto, como explicitado nas reportagens a mineração também acarreta impactos ambientais e

sociais adversos para as comunidades vizinhas às minas, barragens, complexos produtivos. Os efeitos mais marcantes estão ligados à construção de barragens de rejeitos e depósitos de material estéril, que podem causar danos significativos ao meio ambiente, principalmente água e à qualidade de vida das pessoas que residem nas proximidades.

Acerca de Santa Bárbara, explicitamos que o abastecimento de água é realizado principalmente pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), que retira uma parte significativa da água do Ribeirão Caraça para fornecer à população. A estação de tratamento de água está localizada a cerca de 7 km da área de captação, no Bairro São José. A distribuição de água é feita em parte por gravidade, o que significa que parte dela é fornecida sem a necessidade de bombeamento (Instituto Água e Saneamento, 2024).

A dependência do abastecimento de água do Ribeirão Caraça é uma questão crítica para Santa Bárbara. Isso porque qualquer alteração negativa na qualidade ou na quantidade de água nessa fonte pode afetar diretamente o fornecimento para a população. A preocupação com a preservação desse recurso natural é ainda mais relevante diante da expansão das atividades mineradoras na região, como é o caso da Mina Córrego do Sítio (Revista Quadrilátero, 2019).

Como a afirmação feita por Bertollo (2018), que afirma que:

É notória a riqueza deste continente e do Brasil no que se refere ao solo, às águas, às vegetações, aos minerais e minérios. Sobre essa expressiva abundância erguem-se agravadas ações do homem sobre a natureza ao longo do tempo. O contexto da mineração é uma destas expressões. Do ciclo do ouro ao de minério de ferro este território é fortemente devastado em nome da acumulação de capital (Bertollo 2018, p. 139).

A exploração de recursos naturais, como a mineração, está associada a impactos ambientais significativos, como desmatamento, contaminação do solo e das águas subterrâneas, além de interferências nas nascentes e cursos d'água. No caso específico de Santa Bárbara, a atividade mineradora da Anglo Gold Ashanti é apontada como uma das principais responsáveis por esses impactos, visto que parte da água subterrânea é bombeada para viabilizar as operações.

Em adição, na reportagem de Lívia Carvalho dos Santos, é apresentado uma crítica contundente à atuação da Vale S.A, outra empresa mineradora com atuação na região e que aprofunda o contexto da dependência da região à esta atividade econômica. Desde os crimes ambientais como os rompimentos de barragens até a

crise de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19, a empresa foi e ainda é alvo de reprovação por sua conduta de não respeito à vida. A manutenção das operações mesmo com funcionários contaminados e a transferência de trabalhadores de áreas afetadas para regiões como Minas Gerais levantam sérias questões éticas e de responsabilidade social por parte da empresa (Revista Quadrilátero, 2020).

Nesse sentido,

É urgente também fazer frente ao ideário neoliberal que tudo desmonta e focaliza no âmbito público em detrimento do fortalecimento e enriquecimento privado, que captura a subjetividade, procura desmobilizar articulações coletivas críticas e busca acentuar a ideologia e a prática de “todos algozes de todos (Bertollo 2018, p. 139).

Além disso, foi ressaltado a necessidade urgente de diversificação econômica objetivando a redução da dependência da região à mineração. A exploração excessiva dos recursos naturais e a consequente degradação ambiental são apontadas como problemas graves que exigem uma mudança de paradigma na economia local.

Neste prisma, Acosta (2017), afirma que

A saída dos extrativismos demanda estratégias plurais claras que permitem começar a transitar a outras economias, que implicam a construção democrática de outro tipo de sociedade. Paulatinamente haverá que desmontar o extrativismo. Isso não se consegue da noite pro dia. Para conseguir haverá de ter um horizonte que nos orientes. Isso implica superar a lógica colonial que nos têm presos a um mundo em que aparentemente não haveria alternativas e em que a única opção seria continuar pelos caminhos do desenvolvimento e do progresso, que apontam a lógica da modernidade capitalista: um caminho em que a conquista e a colonização seguem presentes de mãos dadas com o extrativismo, negando a possibilidade de uma vida digna para todos os seres do planeta. (costa, 2017).

Em consonância, Ezequiel de Magela fala dos rompimentos de Brumadinho-MG e de Mariana-MG como exemplos dramáticos dessa negligência com a vida, natureza e busca desenfreada por lucros. Após estes fatos os municípios de Barão de Cocais, Catas Altas e Santa Bárbara enfrentam os traumas causados pelo risco de rompimento das barragens em seus territórios-região e a violação de direitos desse contexto decorrente, demandando uma resposta conjunta do poder público e da sociedade civil.

É observado uma negligência por parte das mineradoras, que não contribuem com estes poderes, de forma a colaborar com o compartilhamento de informações, e isso contribui para a impunidade delas, que muitas vezes escapam das

consequências legais de suas ações irresponsáveis. A falta de responsabilização efetiva por violações de leis ambientais e de segurança do trabalho é um dos aspectos destacados na reportagem, mostrando como a impunidade das mineradoras é um problema grave e atual (Revista Quadrilátero, 2020).

Isto vai ao encontro das afirmações que constam no texto de Vinicius Farias Ramos, que aponta que:

A sensação de impunidade das empresas, especialmente após os rompimentos de barragens de Mariana e Brumadinho, contrastando com a rápida recuperação financeira das mesmas no mercado de ações. A mensagem é clara: enquanto as empresas lucram, as comunidades devastadas pelas irresponsabilidades cometidas e são deixadas para lidar com as consequências (Revista Quadrilátero, 2020).

Além disso, é apontado a falta de preocupação do mercado financeiro com o meio ambiente, sugerindo uma confiança na impunidade das mineradoras (Revista Quadrilátero, 2020).

O autor ressalta a discrepância entre o tempo de recuperação das empresas e das comunidades atingidas, questionando se todos os afetados conseguirão se recuperar da mesma forma. A situação em Barão de Cocais é mencionada como exemplo, evidenciando a presença da Vale S.A em áreas de risco à população/comunidades e a falta de mecanismos para responsabilizar a empresa (Revista Quadrilátero, 2020).

Ademais, O conceito de "arquitetura da impunidade", desenvolvido por Juan Zubizarreta e Pedro Ramiro (2016), é aplicado neste contexto brasileiro para descrever uma estrutura complexa que favorece as corporações transnacionais. Essa estrutura, que se consolidou globalmente com a ascensão da globalização financeira e do neoliberalismo, protege os interesses dessas corporações em detrimento dos direitos humanos, tanto nacional quanto internacionalmente. Um dos elementos-chave é a "*lex mercatória*", que estabelece normas e práticas jurídicas e econômicas favorecendo as corporações, influenciando a legislação tanto em nível nacional quanto internacional para garantir seus interesses, criando assim o que é chamado de Direito Corporativo Global.

Com isso, observa-se uma tendência internacional e nacional de impunidade corporativa, onde as grandes corporações são frequentemente isentas de responsabilidade por suas ações prejudiciais aos direitos humanos e ao meio ambiente. Essa impunidade é perpetuada por uma série de fatores, incluindo a

influência das empresas na elaboração de leis e políticas que as favoreçam, além da falta de mecanismos eficazes de responsabilização.

Além disso, foi apontado por Michael Darden o impressionante fato de que

o custo do aumento da fiscalização é mais sustentável do que o dano causado pelas rupturas das barragens em termos de reparações às famílias, litígios criminais internacionais e limpeza ambiental" (Darden M, 2016).

Essa tendência sublinha a necessidade urgente de fortalecer as regulamentações e os sistemas judiciais para garantir que as corporações sejam responsabilizadas por suas ações e que as vítimas dessas práticas injustas possam obter justiça e reparação.

Desse modo, em continuidade, é demonstrado na tabela 2 e 3, que a Revista Quadrilátero não se limita somente ao mecanismo de *sites* e demonstram que estão nesta "batalha" de demonstrar a impunidade destas empresas, também através das redes sociais, como Instagram®.

Tabela 2. Tabela de reportagem próprias do Instagram da Revista Quadrilátero.

Publicação	Título da postagem	Ênfase da postagem	Link da publicação	Data da publicação	Número de curtidas	Número de comentários
1	Denúncia dos moradores do Sagrada Família	Irregularidade; Denúncia de um morador sobre a implementação de um minerário no bairro de Barão de Cocais	https://www.instagram.com/reel/CyOO3V1u2z2/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==	10/10/2023	403	33
2	Deputada Beatriz Cerqueira visita Barão de Cocais nesta sexta 04/08	Visita da deputada Beatriz Cerqueira em Barão de Cocais, com o intuito de avaliar a Barragem Sul e ouvir a população atingida	https://www.instagram.com/p/Cvcb5xVu7dR/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==	02/08/2023	283	5

3	Mineradoras seguem atuando sem controle e fiscalização do governo do Estado	Crítica na falta de fiscalização do governo do Estado de Minas Gerais nas atividades das mineradoras e questiona se as prefeituras são cúmplices dessas empresas.	https://www.instagram.com/p/CpDGYyJOYio/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFlZA==	24/02/2023	89	1
4	Barão de Cocais terra sem lei	Denúncia de transportes ilegais carregando minério clandestino	https://www.instagram.com/p/CofusR7JqcH/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFlZA==	10/02/2023	180	19
	Prefeito Décio, a qual senhor você serve?	O intuito dessa reportagem é fazer uma denúncia ao prefeito de Barão de Cocais; Prefeito autoriza mineradora a realizar atividades na zona urbana.	https://www.instagram.com/p/CoDK-TjJUEC/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFlZA==	30/01/2023	127	16
5	Pilha de rejeitos da mineradora AngloGold Ashanti, em Santa Bárbara (MG), corre risco de desmoronar	Situação crítica e perigosa dos rejeitos, podendo desmoronar; O impacto ambiental e os riscos a saúde pública, devido os	https://www.instagram.com/p/CZjyQaKu-vg/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFlZA==	04/02/2022	100	1

		metais pesados				
6		Protestos de moradores de Barão de Cocais; Impactos que a mineração causa no local	https://www.instagram.com/p/CUKHWyprDkQ/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==	23/09/2021	175	6
7	O mapa das "barragens fantasmas"	A reportagem dá ênfase à existência de barragens desconhecidas pela sociedade e autoridades	https://www.instagram.com/p/CPG14dwsTmq/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==	20/05/2021	72	1
8	Comunidade de São José de Brumadinho, em Barão de Cocais, resiste.	Destaca reivindicação dos moradores; A resistência dos moradores para evacuar; tentativa forçada da empresa Vale para aumentar suas minas.	https://www.instagram.com/p/CLk0T-sl36r/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==	21/02/2021	45	1
9	2 anos de impunidade de Barão de Cocais	Manifestação da comunidade e pela evacuação	https://www.instagram.com/p/CLB1QfSsImP/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==	08/02/2021	245	1
10	#FevereiroInvisível	Destacar a evacuação ocorrido em Barão de Cocais e a Revista Quadrilátero dar voz e	https://www.instagram.com/p/CKjNGqGMif-/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRI	27/01/2021	91	

		visibilidade a essa comunidade e por meio dos posts e reportagens.	ODBiNWFlZA==			12
11	A irresponsabilidade civil, ambiental e social das mineradoras: vale o lucro acima de tudo?	Reflexão sobre a mineração; as consequências que as mineradoras trazem para o Estado de Minas Gerais.	https://www.instagram.com/p/CGDB92aA-xP/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFlZA==	16/01/2021	38	6
12	Atingidos por Barragens bloqueiam via em Mariana no dia 05 de novembro.	Atingidos pela barragem em Mariana, fazem manifestações sobre a volta da mineradora Samarco	https://www.instagram.com/p/B4e1QtOAB2e/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFlZA==	05/11/2019	0	4

Fonte: Autoria Própria (2024).

As preocupações levantadas em diversas destas postagens refletem o que foi supracitado nas reportagens apresentadas na tabela 1, nas quais, é crucial ressaltar o contexto mais amplo da impunidade das grandes empresas, no caso em tela, do setor da mineração. Muitas vezes, é observado corporações agindo com pouca consideração pelos impactos ambientais e sociais de suas operações, enquanto as autoridades competentes falham em aplicar regulamentos rigorosos de fiscalização ou em garantir a responsabilização adequada por tais violações.

A assertiva dita por Darden (2016), evidencia este debate, ao falar que

A combinação de fiscalização frouxa e triagem inadequada resultou na falha da barragem de Samarco. O acidente de Fundão, como outros antes dele, era evitável Darde, (2016).

Ademais, as postagens e denúncias públicas, como as feitas pelas publicações nº 1, 3, 4, 10 e 11 (Tabela 2) desempenham um papel vital na conscientização da população sobre questões que afetam diretamente suas vidas e comunidades. Ao expor as práticas questionáveis das empresas e as lacunas na

fiscalização governamental, esses alertas ajudam a mobilizar a sociedade civil e pressionar por mudanças nesse contexto (Revista Quadrilátero, 2023).

Dentre as preocupações levantadas, incluem discrepâncias entre as atividades do Grupo Avante - GSM (Empresa Mineradora) e as regulamentações municipais de zoneamento, poluição ambiental do terminal de mineração e impactos socioeconômicos sobre os moradores de Barão de Cocais, Santa Barbara e outras regiões, levando a pedidos de ação legal e compensação para as comunidades afetadas (CMBC, 2022; Jornal Estado de Minas, 2024).

Um movimento iniciado pela Revista Quadrilátero, o "fevereiro invisível", promoveu um mês de memória e protesto contra a violação de direitos e o silenciamento dos afetados pela mineração em Barão de Cocais. Como veículo de informação em regiões mineradoras, destacam aqueles que são diretamente impactados e buscam dar voz às comunidades afetadas. O evento visa não só²denunciar o silenciamento em Barão de Cocais, mas também discutir a realidade pós-evacuação forçada de mais de 500 pessoas devido ao risco de rompimento de barragem. Afirma a revista quadrilátera em suas redes sociais³:

Para dar visibilidade ao nosso protesto, unimos forças com representantes de coletivos e movimentos sociais, ambientais e de comunicação. Lançamos uma semana de lives, que será transmitida em nosso canal do YouTube. Durante essas transmissões, discutiremos temas relevantes para o Quadrilátero Ferrífero e estabeleceremos conexões com outras comunidades afetadas pela mineração irresponsável que ocorre em diversos territórios. (Revista quadrilátero, 2021).

No que diz respeito ao contexto das publicações 2, 6 e 8, é objetivado a proteção dos direitos humanos das pessoas que habitam essas regiões dominadas por estas grandes empresas, que foram afetadas devido a criação de barragens e principalmente pela desconsideração das normas e descaso no uso destas.

Devido a isto, no ano de 2024, foi criada a Política Nacional de Direitos das

2

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20232026/2023/lei/L14755.htm#:~:text=Art.,de%20responsabilidade%20social%20do%20empreendedor.

³Fevereiro Invisível – Link dia 1. <https://www.youtube.com/watch?v=ZxGGBJM0Oss>

Fevereiro Invisível – Link dia 3. <https://www.youtube.com/watch?v=V6hhw84Ccik>

Fevereiro Invisível – Link dia 4. <https://www.youtube.com/watch?v=cH1Pp-xXS5Q>

Fevereiro Invisível – Link dia 5. <https://www.youtube.com/watch?v=aydYBa4Tpyk>

OBS: Link dia 2 Indisponível*

Populações Atingidas por Barragens (PNAB), instituída pela lei nº 14.755⁴, como uma resposta à necessidade de proteger os direitos humanos das populações afetadas por barragens. Esta lei é um marco legal que busca coibir a violação sistemática de direitos humanos praticada por grandes empreendimentos no país controladores de barragens. Esta legislação é especialmente relevante para comunidades como a de Santa Bárbara, em Minas Gerais, que estão próximas a barragens (Brasil, 2023).

De modo breve, pois não é este o foco central deste estudo, explicitamos por considerar sua relação com o tema estudado, que a PNAB estabelece direitos para as populações atingidas por barragens, como indenizações e compensações individuais e coletivas. Além disso, garante a participação social nas negociações com o poder público e empreendedores privados. A participação social é um elemento central na implementação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) e é promovida de várias maneiras:

- **Negociações:** A PNAB garante a participação social nas negociações com o poder público e empreendedores privados, nos casos de desastres e também de construção, operação e desativação de barragens.

- **Colegiado Nacional:** A lei prevê a criação de um colegiado nacional, integrado por representantes do poder público, dos empresários e da sociedade civil. Este colegiado tem a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a implementação da PNAB.

- **Definição de Atingidos:** A PNAB estabelece uma definição clara no artigo 2º de quem são as Populações Atingidas por Barragens (PAB), o que ajuda a garantir que essas populações possam participar efetivamente nas negociações e decisões, sendo elas:

De acordo com o artigo 2º, da Lei nº 14.755, de 15 de dezembro de 2023, "Para os efeitos desta Lei, entendem-se por Populações Atingidas por Barragens (PAB) todos aqueles sujeitos a 1 (um) ou mais dos seguintes impactos provocados pela construção, operação, desativação ou rompimento de barragens: I - perda da propriedade ou da posse de imóvel; II - desvalorização de imóveis em decorrência de sua localização próxima ou a jusante dessas estruturas; III - perda da capacidade produtiva das terras e de elementos naturais da paisagem geradores de renda, direta ou indiretamente, e da parte remanescente de imóvel parcialmente atingido, que afete a renda, a subsistência ou o modo de vida de populações; IV - perda do produto ou de áreas de exercício da atividade pesqueira ou de

manejo de recursos naturais; V - interrupção prolongada ou alteração da qualidade da água que prejudique o abastecimento; VI - perda de fontes de renda e trabalho; VII - mudança de hábitos de populações, bem como perda ou redução de suas atividades econômicas e sujeição a efeitos sociais, culturais e psicológicos negativos devidos à remoção ou à evacuação em situações de emergência; VIII - alteração no modo de vida de populações indígenas e comunidades tradicionais; IX - interrupção de acesso a áreas urbanas e comunidades rurais” (Brasil, 2023).

Essa definição é crucial para entender os impactos que as barragens causam na região de Santa Bárbara. Na prática, a população local enfrenta várias dessas consequências. Por exemplo, a perda de propriedade e a desvalorização dos imóveis são uma realidade para muitos moradores da região, como já supracitado nas reportagens linkadas acima, logo, a proximidade das barragens também resulta na perda da capacidade produtiva das terras, afetando diretamente a subsistência e a renda das famílias, que muitas vezes dependem da agricultura e da pesca.

Além disso, a interrupção da qualidade da água e a perda de fontes de renda e trabalho são questões recorrentes, agravadas pelo rompimento de barragens que geram emergências ambientais e sociais. As mudanças nos hábitos das populações, a perda de atividades econômicas e os efeitos negativos sociais e psicológicos também são visíveis, especialmente entre as comunidades indígenas e tradicionais, cujas vidas estão profundamente ligadas ao ambiente natural (Miguel e Campos, 2023).

Dessa forma, Miguel e campos também afirmam que:

Alguns dos principais impactos da mineração na qualidade da água incluem: "Drenagem Ácida de Minas (DAM): A exposição de minerais sulfetados durante a mineração pode resultar na formação de ácidos e metais pesados, contaminando as águas superficiais e subterrâneas com altos níveis de acidez e toxicidade. Contaminação por Metais Pesados: O processo de mineração pode liberar metais pesados, como chumbo, mercúrio e cádmio, que são tóxicos para os seres vivos e podem se acumular nos corpos d'água, afetando a qualidade da água e a saúde humana. Turbidez e Sedimentação: A movimentação de solo e rochas durante a mineração pode aumentar a turbidez da água, prejudicando a vida aquática e reduzindo a qualidade da água para consumo humano. Uso de Produtos Químicos: A utilização de produtos químicos, como cianeto e ácidos, no processo de beneficiamento mineral pode contaminar as águas com substâncias nocivas, representando um risco para os ecossistemas aquáticos e a saúde pública. Alterações no Regime Hidrológico: O rebaixamento do lençol freático para viabilizar a mineração pode afetar a disponibilidade de água subterrânea e a recarga de aquíferos, comprometendo o abastecimento hídrico local (Miguel e Campos, 2023, p. 2)

Portanto, considerando a definição da PNAB e a situação vivida pelos moradores de Santa Bárbara, é evidente que a população local é diretamente

atingida pelas barragens. Isso reforça a necessidade de uma participação ativa dessas comunidades nas decisões e negociações, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e seus direitos respeitados. Essa reflexão nos enfatiza a importância de políticas públicas que protejam e empoderem as populações atingidas por barragens, garantindo justiça social e ambiental.

Ademais, a lei prevê proteção aos atingidos, prevenção aos fatos danosos, e repactuação dos mesmos, participação da sociedade nos processos de prevenção e proteção à vida nas variadas formas, das pessoas ou do ambiente natural atingido com algum tipo de irresponsabilidade social.

Essa política pode trazer melhorias significativas para as populações da Região de Santa Bárbara, pois oferece um marco regulatório para a gestão de resposta de risco em face das irresponsabilidades sociais com barragens e determina critérios e matrizes básicas para a reparação mínima dos atingidos. Além disso, a PNAB busca coibir a violação sistemática de direitos humanos contra as populações, como o deslocamento forçado, a perda de meios de subsistência e a degradação da saúde coletiva.

Portanto, ao menos no papel/na letra da lei, garante a participação da sociedade de maneira mais eficaz nestas questões. Tomando por referência a participação popular e comunitária no contexto das publicações da Revista Quadrilátero, é essencial reconhecer que a exposição desses problemas não apenas informa os cidadãos, mas também fortalece sua capacidade de advocacia e defesa de seus direitos. Ao abordar as questões sociais e as desigualdades de classe, a revista desempenha um papel crucial na conscientização e mobilização das massas. Ela se torna um instrumento de luta, orientando e instigando os oprimidos a reivindicarem justiça e igualdade, e contribui para a construção de uma sociedade mais justa. Logo, quando as comunidades se organizam em torno dessas questões, elas se tornam uma força poderosa capaz de exigir mudanças reais das autoridades e das empresas responsáveis.

De acordo com tais premissas, é afirmado pela revista *quadri látero* que

... a mineração não pode ser entendida como uma atividade balanceada em prós e contras, em que os efeitos negativos, irreparáveis e permanentes são meios justificáveis para os fins a que se prestam a extração mineral. As consequências dessa atividade não podem ser vistas como um fator inevitável, afetado pelo senso comum de aceitação e descaso (ambos sentimentos alimentados na população pela falta de informação e também

pelo medo do desemprego que ronda economias extremamente dependentes).

Logo, essa união é essencial no contexto da luta de classes e nos movimentos sociais, pois somente através da mobilização e da pressão coletiva os trabalhadores e as classes oprimidas podem enfrentar e derrubar as desigualdades estruturais. Movimentos de demanda e força são indispensáveis para conquistar direitos e transformar a sociedade, não se trata apenas de solidariedade, mas de luta ativa e persistente por justiça e igualdade.

Nas publicações 5, 7, 9 e 12, é observado que os moradores estão realizando uma ofensiva nas tentativas de retomada dos territórios evacuados devido aos riscos gerados pelas barragens. A evacuação e a incerteza contínua criaram um sentimento de descontentamento em relação às autoridades e às empresas responsáveis pelas barragens. Os moradores se sentem abandonados e negligenciados, especialmente por perceberem que suas necessidades e preocupações não estão sendo adequadamente atendidas e nem sequer levadas em consideração (Revista Quadrilátero, 2020).

Além disso, estas publicações expõem uma prática grave da mineradora Vale S.A, que é a existência de “barragens-fantasma”, que não possuem registro no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, expondo por mais este elemento questionável, o *modus operandi* destas empresas, pressupondo que estão acima da lei, demonstrando uma atitude desrespeitosa em relação às legislações e regulamentos que minimamente o Estado institui e que se poderiam ser de benefícios e respaldo à população e comunidades. Segundo o G1, após identificar 14 “barragens-fantasma”, Justiça determina que Vale declare quantas estruturas possui em Minas Gerais. Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM) e o Ministério público (MP) em relatórios no ano de 2020, é afirmado que:

As estruturas, todas inativas, não estavam oficialmente registradas nos sistemas da ANM e nunca tiveram acompanhamento por nenhum outro órgão de controle. A inspeção aconteceu na última quarta-feira (10), depois que a empresa informou, no dia 28/05, que identificou 12 barragens e diques de sua propriedade que deveriam estar cadastrados no Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração (SIGBM) (G1, 2021).

Esse cenário demonstra a importância de mídias alternativas como a Revista Quadrilátero que expõe e denuncia esse tipo de prática ilegal, pois, estas barragens não registradas podem representar um perigo significativo para a segurança das

comunidades próximas, especialmente se não estiverem sendo adequadamente monitoradas e mantidas. Por isso, manifestações são realizadas constantemente nessas áreas, pois além de aumentar a conscientização sobre os impactos da mineração irregular, também exercem pressão sobre governos e empresas para implementar mudanças legislativas e práticas empresariais mais responsáveis. A visibilidade gerada por essas manifestações pode levar a reformas na legislação ambiental, aumento da fiscalização e aplicação de penalidades mais rigorosas para empresas que violam as regulamentações (Ienaga; Amaral, 2014).

Tabela 3. Tabela de postagens não autorais nas postadas pela Revista Quadrilátero no Instagram.

Título da postagem	Ênfase da postagem	Fonte original da postagem	Link da publicação	Data da publicação	Número de curtidas	Número de comentários
A vergonha da Vale	Meio Ambiente, exploração e destruição	João Paulo Pacifico	https://www.instagram.com/reel/CxvAWa4OBFx/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==	28/09/2023	47	1
Acordo da Vale	Crítica ao Ministério Público sobre a transparência de direitos ocorridos durante a crise das barragens	Rafael Augusto Gomes	https://www.instagram.com/reel/Cw3IDyNMD8x/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==	06/09/2023	161	40
Fala em audiência pública sobre os direitos dos atingidos pela Vale	Preocupação entre o acordo da Vale e o Ministério Público	Rafael Augusto Gomes	https://www.instagram.com/reel/CsijatmpXQj/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==	22/05/2023	68	11
Cocaienses atingidos que a Vale deixou pra	Critica na postura da Vale e preocupação	Rafael Augusto Gomes	https://www.instagram.com/reel/CrTMbfysmIQ	21/04/2023	35	0

trás	o com a postura da liderança do Município		/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA== https://www.instagram.com/reel/CnmFw4-qXug/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==			
Criticas a propaganda	Crítica a campanha da Vale, sendo considerada falaciosa	Janeiro Marrom	https://www.instagram.com/reel/CoZtjMQphUV/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==	19/01/2023	88	2
4 anos de socorro	Crítica ao silêncio de quem não se manifesta no terrorismo de barragem	Rafael Augusto Gomes	https://www.instagram.com/reel/CtJuJKBM2TC/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==	08/02/2023	227	32
Explosões nas Minas	Crítica na mineração sustentável que a Vale diz realizar mostrando a contradição no vídeo.	Observatório da Mineração	https://www.instagram.com/p/COh-CnVM7JD/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==	06/06/2023	99	4
Urgente	Tribunal da Justiça obriga a Vale a informar sobre as barragens fantasmas	Via Twitter (twitter.com/LRagazzi)	https://www.instagram.com/p/CMk7mkVMSgF/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==	06/05/2021	52	6
Violação de direitos em Barão de Cocais-MG	Demora das entregas e refeições adequadas para trabalhadores da Vale	Diário de Barão	https://www.instagram.com/p/CMk7mkVMSgF/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==	18/03/2021	18	0

Fecharam a Cachoeira da Santa!	Interesse de mineração na região trás fechamento da cachoeira da Santa	Monumento Serra do Caraça	https://www.instagram.com/p/Coj3seSu5bK/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFIZA==	12/02/2023	119	11
E quando a justiça é injusta?	Denúncias contraditórias encontradas pelos moradores de Barão de Cocais após evacuação forçada em 2019	Rafael Augusto Gomes	https://www.instagram.com/p/Csb30xBpCd2/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFIZA==	19/05/2023	118	5
A Reforma Tributária acaba de ser aprovada e a @monicaseixas foi precisa!	Crítica sobre a reforma tributária; isenção de impostos para as mineradoras	Mônica Seixas	https://www.instagram.com/p/CuYL_upsHcN/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFIZA==	06/06/2023	26	3

Fonte: autoria própria. 2024.

Em relação à tabela 3 é observado que as postagens revelam um panorama multifatorial das preocupações e críticas em torno das atividades da Vale S.A. É possível perceber uma série de irregularidades em relação às práticas da mineradora, uma empresa já envolvida em diversos escândalos nos tempos atuais, com várias postagens destacando preocupações sobre transparência, responsabilidade corporativa e justiça social. No Brasil, foi responsável pelo rompimento das barragens de Mariana (2015) e pelo rompimento das barragens de Brumadinho (2019). Em Moçambique, enfrentou críticas por práticas inadequadas no reassentamento de comunidades devido às suas operações de mineração de carvão (2013) e no Canadá, foi criticada por acidentes de trabalho e condições de segurança inadequadas em suas minas em Ontário, levando a morte de 2 trabalhadores em 2013. Além disso, existem cerca de 100 processos que contestam

a legalidade da privatização da Vale abertos na Justiça (Brasil de Fato, 2024).

Logo, a crítica do Ministério Público sobre a transparência dos direitos durante a crise das barragens e a denúncia de contradições após a evacuação forçada em 2019 ressaltam a necessidade de prestação de contas e garantia de direitos das comunidades afetadas (CPI brumadinho – SENADO FEDERAL, 2019).

Como já supracitado, os impactos devastadores das operações da Vale S.A se estendem além das fronteiras das instalações da empresa, afetando diretamente as comunidades locais em regiões como Santa Bárbara e Barão de Cocais, não somente no estado de Minas Gerais. O rompimento das barragens em Brumadinho-MG e Mariana-MG desencadeou uma onda de destruição que causou perdas irreparáveis de vidas humanas, além de resultar em danos ambientais e econômicos generalizados nessas áreas (CPI brumadinho – SENADO FEDERAL, 2019).

Esta sentença é reafirmada pela presidente da CPI, a senadora Rose de Freitas quando ela diz que:

A tragédia da Vale é um acúmulo de tragédias. A inestimável perda humana; os incontáveis animais mortos; o meio ambiente destruído por anos, talvez décadas; os sonhos e patrimônios de uma vida inteira soterrados pela incúria, pela negligência, pela ganância, pela usura, pela irresponsabilidade, pela indiferença, pelo desleixo de uma empresa que já foi modelo (CPI brumadinho, 2019)

A negligência na gestão de resíduos e a falta de investimento em medidas de segurança adequadas expuseram as comunidades a riscos graves e iminentes, deixando um legado de desespero e devastação. As séries de irresponsabilidades sociais ocorridas nesses rompimentos destacam não apenas as deficiências na regulamentação e fiscalização das atividades mineradoras, mas também a vulnerabilidade das populações locais diante dos interesses corporativos das grandes empresas

Diante de tal contexto e explicitação de pautas e denúncias, é possível afirmar que a Revista Quadrilátero e outras mídias alternativas desempenham um papel crucial na divulgação de fatos e crimes causados pelas mineradoras em Minas Gerais.

Enquanto os veículos de comunicação tradicionais e hegemônicos na maioria das vezes enfocam apenas os aspectos mais visíveis e imediatos dos eventos, como

o número de mortes e os danos materiais, as mídias alternativas têm a capacidade de aprofundar a cobertura, analisando as causas subjacentes e os impactos de longo prazo dos acontecimentos sobre as comunidades locais e o meio ambiente. Além disso, essas mídias por sua essência e forma de existência têm uma perspectiva mais independente e crítica, permitindo uma análise mais ampla e contextualizada das questões envolvidas, incluindo a responsabilidade corporativa e governamental, as consequências para os direitos humanos e a necessidade de medidas de reparação e prevenção (Lopes, 2021).

O supracitado vai ao encontro ao mencionado por Laura Capriglione, jornalista renomada, em um relatório de Rocha Alves (2022), em uma de suas respostas ao questionário de pesquisa, onde afirma que

É na medida em que busca se opor a isso que essa mídia se torna o lar de pautas e histórias que, por uma série de motivos (conselho do governo, pressão comercial de anunciantes, conservadorismo, prioridades próprias dos veículos etc.), não encontram espaço na grande mídia. Dessa forma, a mídia alternativa se impõe como uma mídia contra-hegemônica, geralmente, ficando ao lado dos movimentos sociais e de minorias que buscam mudanças e lutam por direitos, fornecendo ao público informações que simplesmente não são encontradas em outros lugares (Rocha Alves, 2022).

É importante ressaltar que todos estes movimentos comunitários são pautados legalmente pela existência de diversas normas e leis, na qual, as empresas mineradoras estão sujeitas, como é o caso das normativas ambientais estabelecidas pela Lei 9.605/98, que versa sobre as sanções penais e administrativas decorrentes de condutas lesivas ao meio ambiente. Essa legislação estabelece a responsabilidade ambiental das empresas, exigindo que suas atividades sejam conduzidas de modo a mitigar impactos ambientais negativos, sob pena de enfrentarem sanções tanto administrativas quanto penais. Um dos princípios dessa lei é que as irregularidades ambientais sejam investigadas e punidas na esfera administrativa, sem necessidade de acionamento do Poder Judiciário. Portanto, as mineradoras têm a obrigação legal de operar em conformidade com os padrões ambientais estabelecidos, respeitando os ecossistemas locais e contribuindo para a preservação ambiental a longo prazo (BRASIL, 1997).

Além das publicações de cunho investigativo e de denúncia a Revista Quadrilátero possui uma série chamada “EVACUAD_S” que trata da situação dos moradores afetados pelas negligências corporativas que resultar

am em danos ambientais, especificamente em Barão de Cocais-MG, conforme documentado pela fotógrafa Isis Medeiros. Os relatos apresentam as experiências e os desafios enfrentados por esses residentes, dando voz às comunidades afetadas e destacando suas lutas e perspectivas em meio a essas adversidades. As publicações desta série são observadas no Quadro 1.

Quadro 1. Evacuados: série de fotografias- fotos sobre a evacuação em Barão de Cocais

Imagem/link	Data da publicação	Número de curtidas	Número de comentários
https://www.instagram.com/p/B3rvTqkguvZ/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==	16/10/2019	59	1
https://www.instagram.com/p/B35sjSegW8n/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==	21/10/2019	104	8
https://www.instagram.com/p/B4b1Sq2gk9I/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==	04/11/2019	46	1
https://www.instagram.com/p/B4uO3GKAXHM/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==	11/11/2019	40	0
https://www.instagram.com/p/B5A4CGRAL6z/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==	18/11/2019	27	0
https://www.instagram.com/p/B5XYFGWAbSS/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==	27/11/2019	50	0

https://www.instagram.com/p/B5vIVgKAY-t/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRiODBiNWFiZA==	06/12/2019	36	0
https://www.instagram.com/p/B5-Rz-lq404/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRiODBiNWFiZA==	12/12/2019	38	0
https://www.instagram.com/p/B6iF_sUgh9y/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRiODBiNWFiZA==	26/12/2019	40	0
https://www.instagram.com/p/B63V5TNApj6/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRiODBiNWFiZA==	03/01/2020	29	0
https://www.instagram.com/p/B7n2jxmAUPp/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRiODBiNWFiZA==	22/01/2020	28	0

Fonte: adaptado da Fotojornalista Isis Medeiros.

Dentre as publicações, existem diversas histórias de moradores antigos da região demonstrando mais uma vez o poder das mídias alternativas de dar espaço de fala àqueles que necessitam. Começa com uma citação de José João Carvalho, um artesão de 70 anos que vive em Barão de Cocais, em que discute o perigo iminente representado pela barragem de Gongo Soco, expressando dúvidas sobre sua possível ruptura, mas reconhecendo o medo e a incerteza que isso traz para ele e sua família.

Apesar de ter trabalhado para empresas contratadas pela Vale S.A no passado, José é veementemente contra a presença da mineradora na região devido à sua percepção de desprezo pelo bem-estar da comunidade.

Figura 5. José João Carvalho, artesão, morador de Barão de Cocais.



Fonte: EVACUAD_S, 2019.

Tal preocupação pode ser alinhada com a vida de outro morador, que também participou da série em outro episódio. O texto destaca a história de Francisco Xavier de Assis Filho, conhecido como "Chiquinho topógrafo". Chiquinho, um morador de 68 anos de Barão de Cocais, compartilha sua experiência como sitiante na Comunidade de Socorro, onde dedicou mais de cinco décadas de sua vida à profissão de topógrafo. Ele relata como construiu seu sítio com décadas de árduo trabalho, para perder tudo “da noite para o dia” devido à ameaça iminente de rompimento da barragem (EVACUAD_S, 2019).

“Chiquinho” descreve vividamente o momento em que teve que deixar seu sítio às pressas, e o fato de sua propriedade ter sido saqueada e vandalizada, enquanto ele e outros moradores eram evacuados às pressas pela Vale S.A. Ele manifesta sua indignação com a forma como a empresa tratou a situação, criticando a falta de aviso prévio à comunidade e a maneira caótica como a evacuação foi realizada. Além disso, ele compartilha sua decepção e incredulidade em relação à

Vale S.A, empresa em que ele já havia trabalhado no passado, inclusive em projetos de topografia. Ele lamenta que, apesar de seus anos de dedicação e serviço, ele e outros moradores da comunidade tenham sido tratados com descaso e desrespeito.

Considerando este relato, podemos observar ainda outro problema, onde os próprios moradores são impedidos, sequer, de entrarem em suas casas:

A justiça proíbe que os moradores voltem para retirar suas coisas das casas, eu fui lá na minha terra ilegalmente três vezes. Uma das vezes eu fui intimado, não me prenderam, mas fizeram uma ocorrência e eu expliquei pro tenente o que eu estava fazendo. Mostrei documentos, fotos e provei que não era ladrão. No dia 28 de fevereiro a juíza permitiu que os moradores fizessem visitas às suas casas para retirada de bens pessoais, mas a VALE omitiu essa decisão da comunidade, a gente exigiu que começassem logo as visitas guiadas, nunca fizeram (EVACUAD_S, 2019).

Com isso, a história de Chiquinho destaca não apenas as consequências devastadoras do risco de rompimento da barragem para os moradores locais, mas também lança luz sobre as questões mais amplas de responsabilidade corporativa e justiça social em relação às comunidades afetadas por tais irresponsabilidades sociais, e principalmente mostra o descaso dessas grandes empresas às comunidades e moradores dessas regiões (EVACUAD_S, 2019).

Figura 6. Chiquinho Topógrafo, morador de Barão de Cocais, evacuado.



Fonte: EVACUAD_S, 2019.

Outro depoimento marcante é a história de um casal e seus dois filhos que foram forçados a deixar o território devido à iminente ameaça representada pela barragem. Eles relembram a experiência aterrorizante do alarme soando dia 08 de fevereiro de 2019 pela manhã, confundindo-os com o deslizamento de lama já se

aproximando. Sua evacuação para terrenos mais altos e subsequente realocação para um hotel por 74 dias perturbou profundamente suas vidas. Agora residem em uma casa alugada, abandonando sua casa e seu centro espiritual Umbandista. Sua antiga residência está marcada para demolição para facilitar a construção de uma suposta estrutura de contenção para os rejeitos da barragem Gongo Soco, em caso de rompimento (EVACUAD_S, 2019).

Figura 7. Eustáquio Luzia e Fernanda Rodrigues, Evacuados Da Comunidade Tabuleiro, Em Barão De Cocais.



Fonte: EVACUAD_S, 2019.

Diante desses depoimentos, uma afirmação dita por um dos entrevistados resume bem o que essa comunidade sofre, quando diz que: *Ninguém fica bem longe de casa. O nosso filho mais velho passou por um período que só chorava por conta da casa, tava fazendo falta, mudou até o rendimento na escola* (EVACUAD_S, 2019).

Tais relatos explicitam a prática da Vale S.A, que se repete por todos os relatos da série “EVACUAD_S”, na qual, emitir alertas acerca de barragens em iminência de rompimento constitui um padrão documentado ao longo dos anos pela Revista Quadrilátero. Esses alertas, embora fundamentais para a segurança pública, frequentemente resultam na evacuação compulsória dos residentes, culminando na perda irreparável de suas moradias e modos de vida.

Esta situação não apenas priva os afetados de um abrigo físico, mas também desencadeia uma série de danos emocionais profundos e duradouros. A incerteza acerca do futuro habitacional, aliada à perda dos laços comunitários e do ambiente familiar, contribui para um contexto de desamparo psicológico exacerbado.

Conforme Nakano (2021) afirma, "a perda da habitação provoca uma sensação de insegurança e instabilidade, levando a um aumento significativo dos níveis de estresse e ansiedade entre os moradores." Como resultado, os moradores se veem confrontados com um quadro de angústia, ansiedade e desesperança, impactando negativamente sua saúde mental e bem-estar geral.

A impossibilidade de reconstruir suas vidas nos mesmos moldes pré-evacuação perpetua um ciclo de vulnerabilidade socioeconômica e emocional, destacando a urgência de medidas efetivas para mitigar não somente os riscos físicos das barragens, mas também as consequências humanas e sociais de tais eventos (EVACUAD_S, 2019).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa examinou a mineração extrativista na Região de Santa Bárbara e o papel das mídias alternativas, com um foco particular na Revista Quadrilátero, como instrumentos de reflexão e conscientização sobre os impactos dessa atividade. A análise realizada nos capítulos forneceu uma visão abrangente dos diversos aspectos envolvidos, oferecendo um panorama dos desafios, violações de direitos e da dependência econômica da atividade da mineração no contexto local.

No primeiro capítulo, foi traçado um panorama histórico e socioeconômico de Santa Bárbara, destacando a presença histórica da mineração na economia regional. Foram discutidos os impactos econômicos tais como: a geração de empregos e a dinamização da economia local, bem como os aspectos negativos, como a dependência econômica excessiva, a degradação ambiental e os problemas sociais decorrentes dessa atividade.

O segundo capítulo abordou a importância das mídias alternativas, com um foco especial na Revista Quadrilátero, como ferramenta de resistência e conscientização da população. A revista se destacou por amplificar as vozes das comunidades afetadas pela mineração, oferecendo uma plataforma para debates críticos e para a denúncia dos impactos negativos que muitas vezes são ignorados pela mídia tradicional. A análise das reportagens e entrevistas publicadas pela revista evidenciou como a mídia alternativa pode contribuir para a promoção de um debate mais inclusivo e democrático, dando visibilidade às questões sociais e ambientais relacionadas à mineração.

A síntese deste estudo reforça a importância de abordar a mineração extrativista de maneira integrada, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também os impactos ambientais e sociais. A atuação das mídias alternativas, como a Revista Quadrilátero, mostrou-se crucial na construção de uma narrativa mais equilibrada e na promoção da justiça social e ambiental. A conscientização pública gerada por essas mídias é fundamental para pressionar por

mudanças nas práticas mineradoras e na formulação de políticas públicas mais justas e sustentáveis.

Como reflexão final, este trabalho destaca a necessidade urgente de um modelo de desenvolvimento que na região tenha como base um novo modelo de mineração em que a população local decida seus rumos e se aproprie dos benefícios. A valorização das mídias alternativas e a promoção de um debate público crítico são essenciais para alcançar esse objetivo. Portanto, este estudo não só sublinha a importância de continuar investigando e discutindo essa temática, mas também sugere que a construção de um futuro mais sustentável e justo depende da colaboração entre diversos atores sociais, do fortalecimento das práticas de mobilização e reivindicações, das lutas sociais e ambientais e do compromisso contínuo com a justiça e a equidade para que a região não seja marcada novamente por rompimentos criminosos tal qual a história recente expõe.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. S. Ainda a categoria superexploração da força de trabalho: novas reflexões sobre velhas controvérsias. In: MOREIRA, R. C.; MENDONÇA, L. J. V. P. (org.). Dependência, questão agrária e mudanças sociais na América Latina. São Paulo: **Expressão Popular**, 2022. p. 97-117.

ANDRADE, Ian Rebouças de; NUNES, Márcia Vidal. Mídia Ninja e a comunicação contra-hegemônica. **Revista Alterjor**, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 2, p. 182–198, 2021.

BECKER, T. *VIAGEM, TURISMO E AVENTURAS POR LUGARES INCRÍVEIS : BRUMAL / SANTA BÁRBARA / MINAS GERAIS / BRAZIL - POPULAÇÃO: 2.200 PESSOAS (ESTIMATIVA IBGE 2020)*. Disponível em: <<https://viagemturismoaventura.blogspot.com/2018/12/brumal-mg-um-dos-mais-belo-s-distritos.html>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

BERTOLLO, Kathiúça. **Mineração e superexploração de força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG**. 2017. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Florianópolis, SC, 2017.

BRASIL DE FATO, População de Catas Altas (MG) consegue revogar expansão da Vale no município. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/2020/02/19/populacao-de-catas-altas-mg-consegue-revogar-expansao-da-vale-no-municipio>>. Acesso em: 07 jul.2024.

BRASIL. **LEI Nº 14.755 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023**. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2014.755-2023?OpenDocument>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em: 8/4/2024

BUNKER, Stephen G. Modos de extração, troca desigual e o subdesenvolvimento progressivo de uma periferia extrema: a Amazônia brasileira, 1600-1980. ↑ **American Journal of Sociology** , v. 5, pág. 1017-1064, 1984.

CAMARGO, Pedro Luiz Teixeira. Valor ambiental da cachoeira da Serrinha,

Mariana-MG. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, Books Google.2019.

CARVALHO, Vanderlei Souza. **Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC**. Campinas, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Unicamp, 2004.

CAMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS (CMBC). **Impactos socioambientais causados pelas mineradoras são discutidos pela Câmara**.

Disponível em:

<<https://www.cmbaraodecocaes.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/impactos-socioambientais-causados-pelas-mineradoras-sao-discutidos-pela-camara/161029>>. Acesso em: 10/4/2024.

CHAKRABORTY MK *et al.* Determination of the emission rate from various opencast mining operations. **Environmental Modelling & Software**. v. 17, n. 5, p. 467– 480, 1 jan. 2002.

CMSB, A. DE C. S. -. *Diversificação econômica: Santa Bárbara também é a cidade do mel*. Disponível em:

<<https://www.santabarbara.cam.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/diversificacao-economica-santa-barbara-tambem-e-a-cidade-do-mel/36987>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **As economias extrativas e o subdesenvolvimento da Amazônia brasileira**: contribuições do Prof. Stephen Bunker. 2005.

COELHO, Tádzio Peters. Minério-dependência e alternativas em economias locais. **Versos–Textos para Discussão PoEMAS**, v. 1, n. 3, p. 1-8, 2017.

COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **As economias extrativas e o subdesenvolvimento da Amazônia brasileira**: contribuições do Prof. Stephen Bunker. 2005.

CONHEÇAMINAS. *Brumal e a Igreja setecentista de Santo Amaro*. Disponível em: <<https://www.conhecaminas.com/2018/06/brumalum-dos-mais-antigos-distritos-de.html>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO. *PLANO DE TURISMO_Santa Bárbara 2023_2027.pdf*. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/11AwDEoSbmLQV3rx4yRHG91MTgamCeaqI/view>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

DARDEN, Michael. How a Mining Disaster is Helping to Overhaul Impunity in Brazil. Disponível em:

<<https://www.yalejournal.org/publications/how-a-mining-disaster-is-helping-to-overhaul-impunity-in-brazil>>. Acesso em: 7 out. 2023.

DIAS, Janise Bruno et al. Rota de fuga de vidas rompidas: a comunidade Socorro e as paisagens destroçadas dos seus arredores, Barão de Cocais (MG). **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 27, n. 2, p. 754-777, 2020.

DOWNING, John D. H. *Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: **Senac**, 2002.

ESTADO DE MINAS. **Mineradora GSM: vereadores denunciam estrada irregular e corte de árvores**. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/07/06/interna_gerais,1378435/mineradora-gsm-vereadores-denunciam-estrada-irregular-e-corte-de-arvores.shtml>. Acesso em: 8/4/2024.

FERRAZ, Monaliza Antunes et al. **Promoção de saúde em contextos de mineração: um estudo das ações realizadas pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração no estado de Minas Gerais**. 2021.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: **Editora Ática**, 1988.

FIORUCCI, R. A nova geração do jornalismo crítico: mídia alternativa. **Dialogos**, v. 15, n. 2, p. 455-481, 16 mar. 2017.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **BNDigital**. Rio de Janeiro: 2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 09 de junho de 2024.

G1. **Após MP identificar 14 “barragens-fantasma”, Justiça determina que Vale declare quantas estruturas possui em Minas Gerais**. 5 maio. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/05/05/apos-mp-identificar-14-barragens-fantasma-justica-determina-que-vale-declare-quantas-estruturas-possui-em-minas-gerais.ghtml>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

G1. *AngloGold Ashanti suspende produção em Santa Bárbara e 650 trabalhadores são demitidos*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/08/24/anglogold-ashanti-suspende-producao-em-santa-barbara-e-650-trabalhadores-sao-demitidos.ghtml>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada: a imprensa alternativa e a luta pela democracia**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2002.

HAUBRICH, A. O megafone das lutas populares: a história da mídia alternativa no Brasil. Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, promovido pela INTERCOM – **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, Curitiba, 2017. Disponível em <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0985-1.pdf>>. Acesso

em: 25 de junho de 2024.

HERNÁNDEZ, J.; RAMIRO, P. **AGAINST THE “LEX MERCATORIA” Proposals and alternatives for controlling transnational corporations.** 2016.

IENAGA, Bárbara Letícia Barroso; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES: UMA VISÃO CRÍTICA E A LIMITAÇÃO DESSE PODER. **ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498**, v. 10, n. 10, 2014.

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. **O saneamento em SANTA BÁRBARA | MG | Municípios e Saneamento | Instituto Água e Saneamento.** Disponível em: <<https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/mg/santa-barbara>>. Acesso em: 10/4/2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Santa Bárbara (MG). 2022.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

KRUSE, Bárbara Cristina; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. DIÁLOGOS ECOLÓGICOS APÓS O DESASTRE DE MARIANA (MG) A PARTIR DE UMA VISÃO CRÍTICA DO DIREITO. **ReDiS-Revista de Direito Socioambiental (UEG)**, v. 1, n. 1, p. 36-53, 2022.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 157-175, 2003.

LOPES, Rayane Aline Pereira; RIOS, Riverson. **O Papel das Mídias Alternativas na Defesa da Democracia no Brasil: um Estudo de Caso da Mídia Ninja**, 2021

LUZ, Patrícia; MANSUR, Rafaela. **Gerdau paralisa operação de usina em Barão de Cocais; unidade tem cerca de 500 funcionários.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/05/28/gerdau-paralisa-operação-d-e-usina-em-barao-de-cocais.ghtml>. Acesso em 04 jul.2024.

IBRAHIN, Fabiane Regina Carvalho de Andrade et al. A morte do Rio Doce: um estudo sobre os impactos do “desastre da Samarco” na vida dos pescadores e moradores do município de Tumiritinga/MG. 2021.

MIGUEL, Rodrigo; CAMPOS, José. Relações entre Mineração e Recursos Hídricos Subterrâneos: o Caso da Mina Capão Xavier, Quadrilátero Ferrífero, MG. **Águas Subterrâneas**, v. 38, n. 1, p.302 , 2024.

MILANEZ, Bruno; COELHO, Tádzio P.; WANDERLEY, Luiz JM. O projeto mineral no Governo Temer: menos Estado, mais mercado. **Versos-Textos para Discussão PoEMAS**, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2017.

MIRANDA, Fernando Marques. **Análise da Região Geográfica Imediata de Santa Bárbara-Ouro Preto e a relação do Produto Interno Bruto com a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (2013-2021)**. 2023. 50 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, 2023.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Mineração e captura regulatória: a estratégia da Anglo American em Conceição do Mato Dentro (MG), Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 16, n. 32, p. 69–91, 12 Jan 2020.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **O surgimento da imprensa alternativa e seu fim repentino**. 2023. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/>. Acesso em: abr. 2024.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NAKANO, Anderson Kazuo. Vulnerabilidade a perdas habitacionais na Região Metropolitana de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, p. 148, 2021.

SEABRA, Joana Emmerick; BRITO, Julian Araujo; COELHO, Tadzio Peters. Crises, alternativas e as perspectivas do marxismo ecológico: entrevista com o professor Elmar Altvater. **Revista Intratextos**, v. 4, n. 1, p. 312-326, 2012.

TEIXEIRA, G.; RODRIGUES, G. S. DE S. C. TRAJETÓRIA GEOGRÁFICA DA SILVICULTURA EM MINAS GERAIS. *Mercator (Fortaleza)*, v. 20, p. e20004, 15 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mercator/a/KBQgMYrBw3XyrvmbQcYk64j/?lang=pt>>.

TEOTÔNIO DOS SANTOS. Teoria da dependência: balanços e perspectivas. Florianópolis: **Insular**, 2015. (Obras escolhidas, v. 1)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **GANDARELA: território ecológico ou minerário?** Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/cancao-amiga/gandarela-territorio-ecologico-ou-minerario>. Acesso em: 26 abr. 2024.

VIEIRA SERVAS. **Circuito cultural de Santa Bárbara – MG**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/vieiraservas/municipio/santa-barbara/>>. Acesso em 16 de janeiro de 2024.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **Governança regulatória no setor de mineração no Brasil**. [S. l.]: Organization for Economic Cooperation and Development, 2022. Disponível em:

<https://www.oecd-ilibrary.org/sites/b4a5cd22-pt/index.html?itemId=/content/component/b4a5cd22-pt>. Acesso em: 20 abr. 2024.

REVISTA QUADRILATERO. O momento exige menor vaidade do poder público e maior empoderamento da sociedade civil. **Revista Quadrilátero**, 19 abr. 2019.

Disponível em:

<<https://revistaquadrilatero.wordpress.com/2019/04/19/o-momento-exige-menor-vaide-do-poder-publico-e-maior-empoderamento-da-sociedade-civil/>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

REVISTA QUADRILATERO. **Mineradoras seguem atuando sem controle e fiscalização do governo do Estado.**

https://www.instagram.com/revista_quadrilatero/, 2023. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/CpDGYyJOYio/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D>. Acesso em: 10 abr. 2024.

REVISTA QUADRILÁTERO. **Serie EVACUAD_S**. 13 jan. 2019. Disponível em:

<<https://revistaquadrilatero.wordpress.com/tag/isis-medeiros/>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

REVISTA QUADRILATERO. Vale fazer das Minas um cemitério geral? **Revista Quadrilátero**, 8 jun. 2020. Disponível em:

<<https://revistaquadrilatero.wordpress.com/2020/06/08/vale-fazer-das-minas-um-cemiterio-geral/>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

RODRIGUES, L. A.; SERSCHÖN, M. V.; PEREIRA, P. F. C. Mídia alternativa digital e a checagem de fatos: **Revista Primeira Escrita**, v. 10, n. 1, p. 81–88, 2023.

Disponível em:

<https://periodicos.ufms.br/index.php/revpres/article/view/18117/12817>. Acesso em: 9 jul. 2024.

ROCHA ALVES, Veronica de Paula Da. Comunicação de Resistência: a mídia alternativa brasileira on-line na luta pelos direitos humanos. **Revista Alterjor** v. 25, n. 1, p. 211–245, 17 fev. 2022. Acesso em: 21 mar. 2023.

SEABRA, Joana Emmerick; BRITO, Julian Araujo; COELHO, Tadzio Peters. Crises, alternativas e as perspectivas do marxismo ecológico: entrevista com o professor Elmar Altvater. **Revista Intratextos**, v. 4, n. 1, p. 312-326, 2012.

SENADO FEDERAL; BRUMADINHO, D. **CPI DE BRUMADINHO**. 2019. Disponível em:

<<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7974106&ts=1562270913432&disposition=inline>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

VIEIRA SERVAS. **Circuito cultural de Santa Bárbara – MG**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/vieiraservas/municipio/santa-barbara/>>. Acesso em 16 de

janeiro de 2024.

WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra; CARDOSO, Phillipe Valente. **Atlas do Problema Mineral Brasileiro**. Brasil: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, no âmbito do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, maio 2023.